



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

<b>Preâmbulo.</b>	
O Município de <b>PAULO AFONSO/BA</b> , através da Secretaria de Administração Municipal com endereço à Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, por meio do setor de Licitações, através do(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 1593 de 02 de junho de 2026, com autorização do Superintendente de Compras, Licitações, Contratos e Convênios, de acordo com os Decretos nº. 363 de 22 de maio de 2025, o Decreto nº. 6.362 de 28 de março de 2023, torna público e leva ao conhecimento dos interessados, na forma da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital.	
<b>I Órgão(s) Interessado(s)/Requisitante(s).</b>	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA	
<b>II Modalidade</b>	<b>III Processo Administrativo.</b>
Pregão Eletrônico – nº.90061/2026	Nº 003795/000085/2026
<b>IV Tipo de Licitação.</b>	<b>V Regime de Execução.</b>
( ) Por Lote; ( ) Por Item; ( x ) Global.	( X ) Indireta; ( ) Direta.
<b>VI Critério de Julgamento.</b>	<b>VII Forma de Fornecimento.</b>
( X ) Menor Preço; ( ) Maior Desconto; ( ) Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico; ( ) Técnica e Preço; ( ) Maior Retorno Econômico; ( ) Maior Lance.	( X ) Parcelada; ( ) Integral.
<b>VIII Modo de Disputa.</b>	<b>IX Inversão de Fases.</b>
( X ) Aberto; ( ) Fechado; ( ) Aberto e Fechado; ( ) Fechado e Aberto.	( ) Sim; ( X ) Não.
<b>X Prazo de Vigência.</b>	<b>XI Prazo de Execução.</b>
12(doze) meses	10 (dez) dias corridos
<b>XII Cota Exclusiva ME/EPP.</b>	<b>XIII Prazo para Impugnar Edital.</b>
( ) Sim; ( X ) Não.	03 (três) dias úteis.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

<b>XIV Tratamento Diferenciado LC123/2006.</b>	<b>XV Abrangência.</b>
( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim; ( <input type="checkbox"/> ) Não.	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Nacional; ( <input type="checkbox"/> ) Internacional.
<b>XVI Licitação Local.</b>	<b>XVII Licitação Regionalizada.</b>
( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim; ( <input type="checkbox"/> ) Não.	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim; ( <input type="checkbox"/> ) Não.
<b>XVIII Consórcio.</b>	<b>XIX Garantia para Licitar.</b>
( <input type="checkbox"/> ) Sim; ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não.	( <input type="checkbox"/> ) Sim; ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não.
<b>XX Amostras</b>	<b>XXI Catálogos</b>
( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não.	( <input type="checkbox"/> ) Sim; ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não.
<b>XXII Visita Técnica</b>	<b>XXIII Tipo de Regime de Execução de obras e serviços de engenharia</b>
( <input type="checkbox"/> ) Sim; ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não.	( <input type="checkbox"/> ) Empreitada por Preço Unitário; ( <input type="checkbox"/> ) Empreitada por Preço Global; ( <input type="checkbox"/> ) Integrada; ( <input type="checkbox"/> ) Semi-integradas; ( <input type="checkbox"/> ) Por Tarefa; ( <input type="checkbox"/> ) Fornecimento e Prestação de Serviço Associado; ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não
<b>XIV Objeto.</b>	
<b>REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.</b>	
<b>XXV Credenciamento</b>	
Para participar do certame, o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a	





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

sua correta utilização.

As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>

**IMPORTANTE:** É de responsabilidade EXCLUSIVA do licitante interessado, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente Edital.

<b>XXVI Data.</b>	<b>XXVII Horário.</b>
14/07/2026	08h:00Min.
<b>XXVIII Início do Acolhimento da Proposta.</b>	<b>XXIX Fim do Acolhimento da Proposta.</b>
30/06/2026 – 08h:00Min.	14/07/2026 – às 07h:59Min.
<b>XXX Sistema de Registro de Preços.</b>	
( X ) Sim ( ) Não.	
<b>XXXI Dotação Orçamentária.</b>	
Considerando que o procedimento licitatório será realizado por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a indicação específica das dotações orçamentárias não é necessária.	
<b>XXXII Processamento da Licitação.</b>	
A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <a href="https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp">https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp</a> - (UASG 983781)	
<b>XXXIII Estimativa de Preços.</b>	
Conforme estabelecido no Termo de Referência -TR.	
<b>XXXIV Edital, Anexos e meios de informação.</b>	
As informações, impugnações e pedidos de esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento dos interessados em participar deste certame serão prestados pelo(a) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.	
Os pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações OBRIGATORIAMENTE devem ser enviados ao	





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Pregoeiro, por meio de EMAIL para o endereço eletrônico [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br), dentro do prazo previsto neste Edital.

O Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG **983781**), pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo Portal da Transparência do Município, ou ainda através do com endereço eletrônico [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)

Janiele Santos Honorato

**Pregoeiro(a).**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**Índice**

1.	EDITAL.....	6
2.	DO OBJETO .....	6
3.	DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	7
4.	DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	7
5.	DO CREDENCIAMENTO .....	13
6.	DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E TRATAMENTO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR 123/2006, DAS ME/EPP E EQUIPARADOS. ....	14
7.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	19
8.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	22
9.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	25
10.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	30
11.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	35
12.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	36
13.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	38
14.	DOS RECURSOS .....	40
15.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	41
16.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	44
17.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	45
18.	DO FORO .....	47





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**1. EDITAL**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO – BAHIA, através do Setor de Compras, licitações Contratos, bem como pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – CONTRAT, localizada no Centro Administrativo Municipal de Paulo Afonso - Bahia, situada na Avenida Apolônio Sales, n. 925 – Bairro Centro, CEP 48.608-901, Telefones (75) 3281-3011, torna público, para conhecimento de todos ou a quem possam interessar, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento estabelecidos no preâmbulo, com a finalidade de contratação do objeto descrito(s) no item 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, onde o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema compras do Governo Federal - COMPRASNET, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

As instruções para o credenciamento podem ser acessadas através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781).

O Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781), pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo Portal da Transparência do Município, ou ainda através do endereço eletrônico [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br).

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições na forma da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º. 1593/2026, do Decreto Municipal n.º. 6362/2023, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º. 147/2014, do Decreto Municipal n.º. 266/2023, do Decreto Municipal n.º. 455/2021, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

**2. DO OBJETO**

2.1 O OBJETO DO PRESENTE EDITAL É REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

2.2 A licitação será processada conforme estabelecido no Preâmbulo, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens/lotos for de seu interesse.

**3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Em se tratando de Registro de Preços, estabelecidas no preâmbulo deste Edital, as regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**4. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), Certificado Digital ICP-Brasil.

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. Poderão participar desta Licitação empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, e, que atenderem as condições exigidas constantes neste Edital e seus Anexos, e, que;

4.2.1. Caso seja exigido a **GARANTIA DE PROPOSTA**, destacado no preâmbulo deste Edital, correspondendo a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, devendo o licitante obedecer ao critério de julgamento deste certame (item, lote, global, etc.), conforme art. 58 da Lei 14.133, de 2021;

4.2.2. A Garantia de Proposta poderá ser ofertada conforme o [§ 1º do art. 96 desta Lei](#), em uma das seguintes modalidades:

4.2.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

4.2.2.2. Seguro-garantia;

4.2.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

4.2.3. É de integral responsabilidade da Licitante, a prova de suficiência da Garantia de Proposta prestada para os fins desta Licitação.

4.3. A Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada Junto ao Banco de titularidade da Prefeitura do Município de Paulo Afonso/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.217.327/0001-24.

***IMPORTANTE:** os dados bancários para a finalidade do item 4.2.1., será informada diretamente ao interessado, bastando solicitar junto a Secretaria da Fazenda do Município de Paulo Afonso/BA.*

4.3.1. A prova de prestação da Garantia de Proposta prestada em **moeda corrente nacional** se dará via comprovante de realização do depósito bancário, devidamente autenticado pelo Banco recebedor;

4.3.2. A Garantia de Proposta prestada na modalidade **Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional** deverá ser emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, acompanhado de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e valor;

4.3.3. A Garantia da Proposta apresentada na modalidade de **seguro-garantia** deverá ter vigência de 60 (sessenta) dias além do prazo da validade da proposta e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia original, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente, bem como de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice;

4.3.4. A Garantia de Proposta apresentada na modalidade de **fiança bancária** deverá ser emitida por instituição bancária devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

4.3.5. Os Licitantes que deixarem de prestar Garantia de Proposta, ou prestar de forma insuficiente em valor ou prazo, ou ainda que a prestarem em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital serão desclassificados, ainda que tenha se sagrado vencedor provisório;

4.3.6. Encerrado o certame, os licitantes terão suas Garantias de Proposta devolvidas em até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. [§ 2º, do art. 58, da Lei 14.133, de 2021;](#)

4.3.7. Caso o prazo de validade das Garantias de Proposta expire antes da assinatura do Contrato, as Licitantes serão obrigadas a comprovar a renovação da respectiva Garantia de Proposta, às suas expensas, sob pena desclassificação da proposta ou, se já superada esta fase, na hipótese de impossibilidade da assinatura do Contrato, caso vencedora;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 4.3.8. No caso de renovação necessária da Garantia de Proposta após decorrido mais de 1 (um) ano a contar da publicação deste Edital, os valores das Garantias de Proposta deverão ser atualizados pelo IPCA, ou pelo índice que o substitua;
- 4.3.9. A Garantia de Proposta, prestada em qualquer das modalidades previstas neste Edital, não poderá conter Cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo Licitante quanto à participação nesta Licitação.
- 4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 4.4.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 4.4.2. A não observância do disposto no item anterior ensejará desclassificação do licitante no momento da habilitação.
- 4.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto Municipal nº. 455/2021, declarando no campo próprio do sistema sua condição.
- 4.6. Se permitida a participação de empresas reunidas em regime de consórcio, destacado no Preâmbulo deste Edital, serão atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e aquelas aqui estabelecidas.
- 4.6.1. Qualquer das empresas consorciadas, ficam impedidas de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.
- 4.6.2. Deverá ser entregue, junto com os documentos de habilitação:
- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;
  - b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 4.6.3. A empresa líder será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio, e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.
- 4.6.4. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.
- 4.6.5. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.
- 4.6.6. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 4.6.2. “a”, que deverá prever:
- 4.6.6.1. Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;
  - 4.6.6.2. **Declaração** expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;
  - 4.6.6.3. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimento que vierem a ser contratados;
  - 4.6.6.4. Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrentes desta licitação;
  - 4.6.6.5. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;
  - 4.6.6.6. Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.
- 4.6.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
- 4.6.8. O número máximo de empresas consorciadas será de definida conforme justificativa técnica constante do Termo de Referência.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

4.6.9. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.6.10. Em relação à comprovação para habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou caso contenha justificativa no expressa no Termo de Referência, haverá um acréscimo de 20 % (vinte por cento, para o consórcio, em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**4.7. Não poderão disputar esta licitação:**

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, se assim estiver definido no Preâmbulo deste Edital;

4.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, [conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#)

4.8. Não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

4.9. O impedimento de que trata o item 4.7.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.1 e 4.7.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.12. O disposto nos itens 4.7.1 e 4.7.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

4.14. A vedação de que trata o item 4.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.15. Não será permitida a participação de pessoa física;

4.16. Não será permitido ainda a participação de empresas com falência decretada, em recuperação judicial e ou extrajudicial;

4.16.1. Exceção ao referido no item 4.14., somente será admitida participação de empresas em recuperação judicial, bem como empresas em processo falimentar desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

**5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1. Para participar do certame, o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema do COMPRASNET, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

5.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781).

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema, implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E TRATAMENTO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR 123/2006, DAS MEs/EPPs E EQUIPARADOS, E DECRETO 363/2025.**

6.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), do Decreto n.º 8.538, de 2015;

6.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.2. Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.3. A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

6.5. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

6.6. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada neste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

6.7. A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão ([Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06](#));

6.8. Caso não haja exclusividade que trata o item XII do preâmbulo deste Edital, no que tange as regras nesta licitação, todos os licitantes deverão permanecer conectados até que o Pregoeiro possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:

6.8.1. A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado ([Art. 45, I, da LC nº 123/06](#)).

6.8.2. Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ([Art. 45, II, da LC nº 123/06](#)).

6.8.3. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais vantajoso.

6.8.4. O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”.

6.8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro). No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, serão convocadas pelo Pregoeiro para iniciar nova disputa, e ao final, mesmo assim permanecendo o empate, prevalecerá aquela proposta ou lance que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro).

6.8.6. Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital ([§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06](#)).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

6.8.7. Ainda como critério de desempate será dado preferência as empresas que apresentarem propostas de produtos de fabricação nacional.

6.8.8. O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP ou equiparado ([Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06](#)).

6.8.9. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.8.10. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.8.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.8.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, na ordem assim definido nesta Lei.

6.9. Com base na regulamentação dada através do Decreto nº 363/2025, que dá tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, ampliando a participação microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, nas contratações públicas de aquisição de bens, serviços e obras pelo município de Paulo Afonso/BA, caso este Edital determine no preâmbulo, fica estabelecido:

**6.9.1. Da Licitação Exclusiva**

a) Se o valor dos itens ou lotes seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será exclusiva para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estabelecido no art. 4º do Decreto Municipal nº 363/2025.

6.9.1 A exclusividade prevista no item anterior não será aplicada nas seguintes hipóteses, devidamente justificadas no processo administrativo:

a) Quando o objeto da contratação for tecnicamente indivisível;

b) Quando não houver, comprovadamente, licitantes enquadrados no regime de tratamento diferenciado aptos a atender às condições do edital;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

c) Quando houver prejuízo à competitividade ou à economicidade, devidamente justificado em parecer técnico ou jurídico.

6.9.2 Para garantir a ampla publicidade e o acesso às oportunidades, o órgão contratante divulgará amplamente, em seus canais oficiais, as licitações exclusivas para MEI, ME e EPP.

**6.10 Do Empate Ficto**

6.10.1 Para fins de desempate, será considerado empate ficto quando as propostas apresentadas por MEI, ME ou EPP forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço ofertado no pregão, conforme disposto no § 2º do art. 9º do Decreto Municipal nº 363/2025.

6.10.2 Ocorrendo o empate ficto, a licitante enquadrada no regime de tratamento diferenciado mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, apresentar nova proposta com valor inferior àquela considerada vencedora do certame, sob pena de preclusão.

6.10.3 Não ocorrendo a contratação na forma do item anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.10.4 O direito de preferência somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

**6.11 Da Regularidade Fiscal**

6.11.1 A comprovação da regularidade fiscal das licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado será exigida apenas para fins de habilitação e contratação, não sendo um requisito para a participação no certame.

6.11.2 A licitante declarada vencedora que possuir alguma irregularidade ou restrição em sua documentação de regularidade fiscal terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua declaração como vencedora, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.11.3 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, mediante requerimento justificado da licitante.

**6.11.4** A não regularização da documentação no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**6.12 Da Subcontratação Compulsória**

- 6.12.1 Se esta licitação versar sobre contratação de serviços e obras, poderá ser estabelecida a exigência de subcontratação de microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais.
- 6.12.2 Os percentuais mínimo fica determinado em 10%, e máximo em 30%, de subcontratação, sendo vedada a subcontratação total do objeto ou da parcela principal da contratação.
- 6.12.3 As microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.
- 6.12.4 A empresa contratada será responsável pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, devendo apresentar a documentação de regularidade fiscal da subcontratada no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual.
- 6.12.5 A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for microempresa, empresa de pequeno porte ou consórcio composto em sua totalidade ou parcialmente por tais empresas, com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

**6.13 Da Licitação Local E Regionalizada**

- 6.13.1 Caso o presente edital estabeleça no preâmbulo fica estabelecido a prioridade ou a exclusividade de participação para licitantes sediadas no Município de Paulo Afonso (licitação local) ou na microrregião do território de identidade Itaparica, composta pelos Municípios de Paulo Afonso, Glória, Abaré, Macururé e Rodelas (licitação regionalizada).
- 6.13.2 Para se enquadrar como fornecedor local ou regional, a licitante deverá atender cumulativamente aos seguintes requisitos:
  - I - Estar estabelecida e devidamente registrada no Município de Paulo Afonso ou nas regiões adjacentes, com sede ou filial que efetivamente execute o objeto contratado;
  - II - Estar regularizada junto aos órgãos fiscais, tributários e previdenciários competentes;
  - III - Possuir condições técnicas e operacionais para atender às exigências do edital.
- 6.13.4 As licitações locais e regionalizadas definidas no preâmbulo buscarão estimular a contratação de empresas situadas no território municipal ou na microrregião, de modo a

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

fomentar a economia local e gerar emprego e renda, respeitando os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e eficiência.

- 6.14 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e definido o julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas e encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.15 Havendo negociação, a mesma será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.16 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.17 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação poderá mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento nos termos do [art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, dentro do prazo limite para acolhimento das propostas.
- 7.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, obrigatoriamente e simultaneamente os **documentos de habilitação e a proposta com o preço**, observado o disposto nos itens 11.1 deste Edital.
- 7.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 7.4.1 **Declaração** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 7.4.2 **Declaração** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 7.4.3 **Declaração** que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 7.4.4 **Declaração** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.5 O licitante organizado em cooperativa deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 7.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 7.7 A falsidade da declaração de que trata o item 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 7.8 Os licitantes poderão retirar, alterar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até prazo limite para acolhimento das propostas.

- 7.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase competitiva.
- 7.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase competitiva.
- 7.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.11.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 7.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 7.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 7.12.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 7.12.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 7.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 7.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

7.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **8 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

8.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 Valor unitário e total ou desconto do item/lote;

8.1.2 Marca;

8.1.3 Fabricante;

8.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3 A proposta de preços deverá, ainda, conter os seguintes documentos:

8.3.1 Planilha de preços unitários e totais ofertados, conforme **Anexo II**;

8.3.2 A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Modelo constante no Edital, sob pena de desclassificação.

8.3.3 O licitante deverá apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o serviço a ser prestado se for o caso, indicando, prazos de validade, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, contendo até duas casas decimais após a vírgula, conforme regras matemáticas, sob pena de desclassificação de sua proposta;

8.3.4 A Licitante deverá adequar sua proposta de preços inclusive se, sagrar-se vencedora, ao último lance, aplicando obrigatoriamente a fórmula de arredondamento para baixo, sob pena de desclassificação da proposta;

8.3.5 A Proposta de Preços será considerada em conformidade com as diretrizes deste Edital, expressa em moeda nacional, o Real (R\$), em algarismos e por extenso, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação;

8.3.5.1 **Se** o objeto contiver além de aquisição, serviços e mão de obra, bem como obras e serviços de engenharia, a proposta comercial deverá vir acompanhado de:

- a. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO II), PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS, PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI - bonificação e Despesas Indiretas,





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

para os casos de obras e serviços de engenharia, e ou PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO LDI – Lucros e Despesas Indiretas, para os casos que envolvam serviços e mão de obras, que levará em conta o DETALHAMENTO de todos os impostos, salários, gratificações, adicionais, horas extraordinárias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, alugueis, financiamentos, taxas, fretes, seguros, instalação/desinstalação, lucros, administração, mão de obra, maquinários, equipamentos, etc., e, quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre os serviços, constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos com materiais e serviços necessários à execução do objeto em perfeitas condições de uso e a manutenção destas condições durante o prazo de contratação;

- b. Se o objeto estabelecer apenas aquisição de bens, o licitante deverá apresentar apenas PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO II), já embutidos todos os custos destacados na alínea “a”, do subitem 8.3.5.1.
- c. Cada licitante deverá elaborar suas composições de custos que entenderem necessários para a conclusão do serviço, de acordo com as especificações técnicas, que demonstrem a viabilidade técnica e econômica dos valores propostos para o(s) serviço(s). Para efeito de composição de salários e demais gratificações na formação do preço deverão ser considerado a convenção coletiva da categoria, se for o caso.

***“IMPORTANTE: O TCU possui jurisprudência pacífica no sentido de que o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não devem ser incluídos na proposta de preços do licitante, (Acórdãos nº 1.453/2009, nº 1.942/2009 e nº 2.060/2009, todos do Plenário).***

*Vale citar a recente Súmula TCU nº 254/2010: “O IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

*personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado”.*

- 8.3.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 8.3.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.3.8 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar – ETP, e do Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.3.9 Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais prevalecerão os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.
- 8.3.10 A não apresentação das exigências acima, junto com a proposta de preços, acarretará na sua desclassificação.
- 8.3.11 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.
- 8.3.12 As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data prevista para abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 8.3.13 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 8.3.14 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.3.15 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa (Brasil), efetuada por Tradutor Juramentado.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 8.3.16 Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.
- 8.3.17 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 8.3.18 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste Edital.
- 8.3.19 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização perante os Tribunais de Contas (TCU, TCE, e ou TCM) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
- a. assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou
  - b. condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**9 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 9.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 9.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 9.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5 O lance deverá ser ofertado conforme estabelecido no critério de julgamento.
- 9.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 9.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 9.10 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, estabelecido no Preâmbulo deste Edital, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.14 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.15 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.16 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, estabelecido no preâmbulo deste Edital, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.16.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.16.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 9.16.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.16.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.16.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.17 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, estabelecido no preâmbulo deste Edital, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço / maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 9.17.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 9.16.5, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 9.17.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.17.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.17.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.17.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.17.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 9.17.7 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.17.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.17.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.17.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.17.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.17.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, caso haja, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 9.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro). No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, serão convocadas pelo Pregoeiro para iniciar nova disputa, e ao final, mesmo assim permanecendo o empate, prevalecerá aquela proposta ou lance que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro).

9.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

9.19.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.19.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.19.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.19.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.19.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9.19.2.2 Empresas brasileiras;

9.19.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.19.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

9.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.21 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.23 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.24 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.25 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.26 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10 DA FASE DE JULGAMENTO**

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.7 do edital, especialmente quanto





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 10.1.1 SICAF;
- 10.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>); e
- 10.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>).
- 10.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#); e,
- 10.1.5 Outros órgãos de cadastro disponíveis, bem como órgãos de classe profissional.
- 10.2 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
  - 10.2.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - 10.2.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
  - 10.2.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.3 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 10.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.6 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

10.7 Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

10.7.1 Contiver vícios insanáveis;

10.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada de forma cabal, quando exigido pela Administração;

10.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

10.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

10.8.1.1 Inexistência de Atas e ou contratos firmados com a Administração Pública ou Privada com objeto igual ou semelhante contendo planilha de preços para conferência de valores próximos ofertados, dos últimos 12 (doze) meses;

10.8.1.2 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.8.1.3 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.9 Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

10.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

10.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital, conforme [art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#);





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 10.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores **forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 10.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 10.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que oportunize que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, **no prazo de 02 (duas) horas**, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp>, sob pena de desclassificação proposta.
- 10.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor provisório será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 10.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 10.11.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 10.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 10.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 10.12 Erros simples no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja alteração ou majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 10.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 10.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 10.14 O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.
- 10.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 10.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema, acompanhado de relatório técnico da Secretaria Requisitante que avaliou as amostras.
- 10.17 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 10.18 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não estiver(em) em consonância com as especificações constantes no Instrumento Convocatório, o Pregoeiro analisará a

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **11 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

11.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2 A documentação exigida para fins de **habilitação** será a:

11.2.1 Jurídica;

11.2.2 Técnica;

11.2.3 Fiscal, social e trabalhista e;

11.2.4 Econômico-financeiro.

***OBS:** a documentação que trata o item 11.2., poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.*

11.3 A documentação relativa à **Habilitação Jurídica** da licitante, cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, além dos documentos exigidos no termo de referência, consistir-se-á no que se segue:

11.3.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.3.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável.

11.3.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, quando a atividade assim o exigir.

11.4 A documentação relativa à **Qualificação Técnica** da licitante, cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, além dos documentos exigidos no termo de referência, consistir-se-á no que se segue:

11.4.1 Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de gêneros alimentícios, cestas básicas ou bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, demonstrando aptidão para execução do fornecimento pretendido;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

11.4.2 Não serão aceitos atestados emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da licitante, salvo se comprovada a efetiva execução do fornecimento correspondente.

11.5 A documentação relativa à **Regularidade Fiscal, social e Trabalhista**, além dos documentos exigidos no termo de referência, consistir-se-á do que se segue:

11.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

11.5.2 Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e contribuições previdenciárias;

11.5.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

11.5.4 Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

11.5.5 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

11.5.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.5.7 Às microempresas e empresas de pequeno porte será assegurado o tratamento diferenciado previsto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo concedido prazo para regularização fiscal e trabalhista, quando necessário.

11.6 A documentação exigida para a **Qualificação Econômico-Financeira**, além dos documentos exigidos no termo de referência, constitui-se do que se segue:

11.7.1 Apresentação de Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da sessão pública, salvo quando constar prazo de validade expresse na própria certidão;

11.7.2 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame, desde que demonstrem viabilidade econômica e apresentem plano de recuperação judicial homologado, nos termos da legislação vigente;

11.7.3 Apresentação de balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhados dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial competente, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

11.7.4 As empresas que utilizarem Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar recibo de entrega emitido pelo SPED Contábil, acompanhado das respectivas notas explicativas, quando exigíveis;

11.7.5 A boa situação financeira da licitante será aferida mediante verificação dos seguintes índices contábeis:

I – Índice de Liquidez Geral (ILG):

$ILG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$  Resultado mínimo aceitável: igual ou superior a 1,00 (um).

II – Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$ILC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$

Resultado mínimo aceitável: igual ou superior a 1,00 (um).

III – Grau de Endividamento Geral (GEG):

$GEG = (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}) \div \text{Ativo Total}$

Resultado máximo aceitável: igual ou inferior a 1,00 (um).

11.7.6 As licitantes que apresentarem resultado inferior a 1,00 (um) nos índices ILG ou ILC, ou superior a 1,00 (um) no índice GEG, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo ou capital social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.7.7 Os índices contábeis deverão ser demonstrados mediante cálculo assinado por contador legalmente habilitado, acompanhado da respectiva certidão de regularidade profissional emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, válida na data da apresentação dos documentos;

11.7.8 A ausência de apresentação dos cálculos dos índices contábeis pela licitante não implicará sua inabilitação automática, podendo o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação realizar os cálculos com base nos documentos contábeis apresentados;

11.7.9 As empresas constituídas no exercício em curso poderão participar do certame mediante apresentação de balanço de abertura, desde que demonstrada situação econômico-financeira compatível com a execução do objeto.

11.8 Disposições Gerais sobre a **Habilitação**:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 11.8.1 As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública, observados os respectivos prazos de validade ou, na ausência destes, o prazo de 90 (noventa) dias;
- 11.8.2 A apresentação de Certificado de Registro Cadastral – CRC, quando admitido pelo edital, poderá substituir os documentos de habilitação nele abrangidos, desde que válidos na data da sessão;
- 11.8.3 Os licitantes que utilizarem o Certificado de Registro Cadastral – CRC deverão apresentar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- 11.8.4 Será exigida declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

**12 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 12.1 Caso estabelecido Registro de Preços no preâmbulo deste Edital, homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
  - a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 12.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 12.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 12.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 12.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 12.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**13 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 13.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

- 13.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata:

13.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

13.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

- 13.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

- 13.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

13.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**14 UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

14.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelo poder Executivo Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

14.2 O pedido de utilização da Ata de Registro de preços deverá ser consultado ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devidamente formalizado por escrito pela Autoridade competente do órgão solicitante.

14.3 Cabe ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras resultantes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.4 As aquisições ou contratações adicionais referenciadas neste item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.5 O total de utilização de cada item não poderá exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.6 O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata de Registro de Preços após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

**15 DOS RECURSOS**

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 15.3.1 a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente e de forma motivada**, sob pena de preclusão;
- 15.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos;
- 15.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 15.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar as razões de recurso para a Autoridade Competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição das razões do recurso, assegurada a vistas imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 As razões de recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da Autoridade Competente.

15.9 O acolhimento das Razões do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal da Transparência do Município.

## **16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

16.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 16.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 16.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 16.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 16.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;
- 16.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 16.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 16.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 16.1.4.1 Fraudar a licitação;
- 16.1.5 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 16.1.5.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 16.1.5.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 16.1.5.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 16.1.6 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 16.1.7 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 16.1.8 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 16.1.8.1 Advertência;
  - 16.1.8.2 Multa;
  - 16.1.8.3 Impedimento de licitar e contratar; e





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

16.1.8.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.2.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.2.2 As peculiaridades do caso concreto;

16.2.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.2.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.2.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.3 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial:

16.3.1 Para as infrações previstas nos itens 16.1, 16.1.1 e 16.1.2.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

16.3.2 Para as infrações previstas nos itens 16.1.3.1, 16.1.4, 16.1.4.1, 16.1.6 e 16.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1, 16.1.1 e 16.1.2.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.3.1, 16.1.4, 16.1.4.1, 16.1.6 e 16.1.6, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1, 16.1.1 e 16.1.2.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

- 16.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.2.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 16.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 16.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, referentes ao processo licitatório, e, serão enviados ao Pregoeiro, por meio de protocolo no setor de licitação ou para o endereço eletrônico [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br).

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na Administração.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.9 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 18.10 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 18.11 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
- 18.12 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 18.13 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.14 O Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalUASG.asp>- (UASG 983781), pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo Portal da Transparência do Município, ou ainda através do com endereço eletrônico [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br).
- 18.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 18.15.1 **ANEXO I** - Termo de Referência;
  - 18.15.2 **ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preços;
  - 18.15.3 **ANEXO III** - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
  - 18.15.4 **ANEXO IV** – Modelo de Minuta de Contrato;
  - 18.15.5 **ANEXO V** - Minuta da ata de registro de preços;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 18.15.6 **ANEXO VI** - Modelo de declaração de Pleno Conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.
- 18.15.7 **ANEXO VII** - Modelo de declaração de enquadramento na lei complementar nº. 123/2006;
- 18.15.8 **ANEXO VIII** - Modelo de carta credencial / procuração;
- 18.15.9 **ANEXO IX** - Modelo de declaração para reserva de cargos para pessoa deficiente e reabilitado;
- 18.15.10 **ANEXO X** - Modelo de declaração anticorrupção - lei federal nº 12.846/2013 e decreto nº 11.129/2022.
- 18.15.11 **ANEXO XI** - Declaração de inexistência de menor no quadro da empresa – cumprimento do inciso xxxiii, do art. 7º, da CF;
- 18.15.12 **ANEXO XII** - Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos para a habilitação;
- 18.15.13 **ANEXO XIII** - Modelo de declaração de não inidoneidade;
- 18.15.14 **ANEXO XIV** - Modelo de declaração de cumprimento das exigências dos incisos ii e iv do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- 18.15.15 **ANEXO XV** - Dados para assinatura do contrato.

**19 DO FORO**

- 19.1 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Paulo Afonso, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 19.2 Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial a Constituição Federal e a Lei 14.133/2021.

Paulo Afonso - BA, 25 de junho de 2026.

**José Rosman Varjão Alves de Albuquerque**  
**Superintendente de Licitações e Contratos**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, destinados à concessão dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade, voltados ao atendimento de indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, acompanhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES do Município de Paulo Afonso/BA, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.353, de 22 de dezembro de 2016.

**1.2. Especificações e quantitativo**

1.2.1. As especificações técnicas e os quantitativos estimados dos gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, a serem registrados encontram-se detalhados no quadro abaixo, elaborado com base na estimativa de atendimento dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade, executados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES do Município de Paulo Afonso/BA.

1.2.2. Os quantitativos apresentados foram definidos a partir da composição padronizada da cesta básica adotada pela Administração Municipal, da memória de cálculo constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP, do histórico de atendimento dos benefícios eventuais, dos registros administrativos da Secretaria e da projeção da demanda institucional, constituindo mera estimativa de consumo, não gerando obrigação de aquisição integral por parte da Administração Pública.

1.2.3. Embora os quantitativos estejam individualizados por item para fins de especificação técnica, composição da cesta básica, estimativa de consumo e formação do preço da contratação, a solução pretendida possui natureza integrada e indivisível sob o aspecto funcional, considerando a necessidade de fornecimento conjunto dos gêneros alimentícios que compõem a cesta básica destinada ao benefício eventual, razão pela qual o julgamento ocorrerá pelo menor preço global do lote, sem prejuízo da individualização dos itens para fins de controle, precificação e fiscalização.

**1.2.4. Quadro de Especificações e Quantitativos Estimados**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE
01	Arroz parbolizado classe longo, fino, isenta de matéria terrosa, pedras, fungos, parasitas, livre de umidades, com grãos inteiros. Embalagem contendo 1Kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, de acordo com as normas e resolução vigente da ANVISA/MS.	KG	26.000
02	Feijão cariquinho tipo I, cariquinho, limpo de 1º qualidade, extra constituído de no mínimo 95% de grãos na cor característica à variedade correspondente, de tamanho e formato naturais, maduros e secos. Embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	KG	26.000





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

03	Farinha de mandioca branca fina, embalada em pacotes plásticos de 1kg devidamente identificada com o nome do produto, data de fabricação, composição mínima, prazo de validade e peso líquido, de acordo com as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS.	KG	26.000
04	Café em pó torrado moído, de primeira qualidade, pacote com 250g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, validade e com registro no Ministério da Saúde e selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC.	PCT	26.000
05	Leite em pó integral tradicional, embalagem: pacote com 200g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, informações nutricionais e Registro do Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura.	PCT	26.000
06	Macarrão tipo espaguete à base de farinha de trigo, ovos, embalagem selada com 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, de acordo com as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS.	PCT	26.000
07	Açúcar cristal branco, puro e natural, embalados em sacos transparentes, pacotes de 1kg, com data de fabricação, nº de lote e prazo de validade.	KG	26.000
08	Flocos de milho, farinha de milho flocada, embalagem selada de 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, atendendo às normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS.	PCT	26.000
09	Óleo comestível, vegetal de soja, puro refinado sem colesterol, rico em vitamina E. Embalagem com 900 ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS.	UND	13.000
10	Biscoito salgado, tipo Cream-Cracker, embalagem dupla, tipo 3 em 1, saco plástico transparente, hermeticamente vedado. Peso líquido mínimo de 350g. O produto deverá ser registrado no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	13.000
11	Biscoito doce, tipo Maria, embalagem dupla, tipo 3 em 1, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido 400g e informações nutricionais. Deverá ser registrado no	PCT	13.000





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

	Ministério da Saúde.		
12	Sardinha em óleo comestível, embalagem lata de 125 gramas, registro no Ministério da Agricultura.	UND	26.000

1.3. Os bens objeto desta contratação caracterizam-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

1.4. O objeto da presente contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, observando-se, ainda, os princípios da economicidade, eficiência, sustentabilidade e interesse público, aplicáveis às compras públicas.

1.5. Da Vigência da Ata de Registro de Preços

1.5.1. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovada a vantajosidade da prorrogação, mantidas as condições originalmente pactuadas e observada a legislação vigente.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

2.1.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade da concessão dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade, destinados ao atendimento de indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Município de Paulo Afonso/BA, por meio do fornecimento de gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, executados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.

2.1.2. A concessão dos benefícios eventuais integra a Política Pública de Assistência Social executada pelo Município, constituindo provisão suplementar e temporária destinada ao enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, insegurança alimentar, fragilidade socioeconômica e demais circunstâncias que comprometam as condições mínimas de subsistência dos indivíduos e famílias atendidos, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.353, de 22 de dezembro de 2016, e com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

2.1.3. A atuação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES compreende o atendimento de demandas relacionadas à insegurança alimentar e à vulnerabilidade temporária, mediante avaliação técnica realizada pelas equipes da assistência social, visando garantir proteção social suplementar e provisória às famílias e indivíduos que necessitem de apoio imediato para suprimento de necessidades básicas de alimentação.

2.1.4. Observa-se que a demanda por concessão dos benefícios eventuais apresenta caráter contínuo, recorrente e parcialmente variável, decorrente das condições socioeconômicas da população atendida, bem como da ocorrência de situações supervenientes de vulnerabilidade, desemprego, fragilidade econômica e demais circunstâncias que ensejem necessidade de resposta tempestiva da Administração Pública.

2.1.5. A ausência de fornecimento regular dos gêneros alimentícios destinados à composição das cestas básicas compromete diretamente a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES no atendimento das demandas identificadas, podendo ocasionar agravamento de situações de insegurança alimentar, insuficiência de provisão alimentar e





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

descontinuidade da proteção social ofertada aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

2.1.6. Nesse contexto, a contratação justifica-se como medida necessária para assegurar continuidade, regularidade, eficiência e tempestividade da concessão dos benefícios eventuais, permitindo adequada resposta às demandas identificadas pela rede socioassistencial do Município e maior efetividade da política pública de assistência social executada pela Administração Municipal.

2.1.7. Ademais, a contratação contribui para o fortalecimento da capacidade de resposta institucional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES, favorecendo melhores condições de atendimento à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica e garantindo meios adequados para mitigação dos impactos decorrentes da insegurança alimentar e da privação temporária de condições mínimas de subsistência.

### **3. DA NÃO PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

3.1. A justificativa para a não previsão do objeto da contratação no Plano Anual de Contratações – PAC decorre do fato de que, no exercício corrente, o Município de Paulo Afonso/BA ainda não elaborou formalmente o referido instrumento de planejamento, circunstância que não impede a realização da presente contratação, desde que devidamente motivada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Ressalta-se que a ausência de previsão no PAC não constitui óbice à contratação, considerando a necessidade de assegurar a continuidade da concessão dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade, executados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES, especialmente diante do caráter contínuo, essencial e socialmente relevante do atendimento prestado aos indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

3.3. Registra-se, ainda, que a Administração Municipal dispõe de previsão orçamentária específica destinada à execução das despesas relacionadas à concessão dos benefícios eventuais, vinculada ao Projeto/Atividade **2043 – Manutenção dos Benefícios Eventuais**, classificada no elemento de despesa referente a **material de distribuição gratuita**, evidenciando compatibilidade da contratação com o planejamento orçamentário e financeiro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.

3.4. Nesse sentido, o presente Termo de Referência, em conjunto com o Estudo Técnico Preliminar – ETP, supre a exigência de planejamento prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, ao demonstrar, de forma fundamentada, a necessidade da contratação, a adequação da solução proposta e a vantajosidade da medida sob os aspectos técnico, operacional, econômico e social.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, destinados à concessão dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade, voltados ao atendimento de indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

socioeconômica no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES do Município de Paulo Afonso/BA.

4.2. Os gêneros alimentícios objeto da contratação são caracterizados como bens comuns de consumo, destinados ao atendimento de necessidades alimentares imediatas dos beneficiários, possuindo especificações padronizadas, ampla disponibilidade no mercado e possibilidade de definição objetiva de qualidade, composição, acondicionamento, validade e requisitos mínimos de fornecimento, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza contínua, variável e parcialmente imprevisível das demandas relacionadas à concessão dos benefícios eventuais, permitindo à Administração realizar aquisições de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade efetiva da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES, evitando formação excessiva de estoque, desperdícios, perecimento de produtos e comprometimento desnecessário de recursos orçamentários.

4.4. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução contempla a seleção de fornecedor apto ao atendimento das especificações técnicas exigidas, o fornecimento parcelado dos gêneros alimentícios mediante emissão de ordens de fornecimento pela Administração, o recebimento e conferência dos itens quanto à qualidade, quantidade, integridade das embalagens e prazo de validade, bem como a posterior disponibilização das cestas básicas aos indivíduos e/ou famílias beneficiárias dos benefícios eventuais, observadas as rotinas administrativas e os critérios de atendimento estabelecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.

4.5. As especificações técnicas dos produtos foram definidas considerando critérios de qualidade, segurança sanitária, adequação alimentar, acondicionamento, prazo de validade, padronização dos itens e compatibilidade com a finalidade do benefício eventual, buscando assegurar fornecimento adequado às necessidades da Administração sem restrição indevida à competitividade do certame.

4.6. Após a concessão do benefício, o ciclo de utilização do objeto encerra-se com o consumo dos gêneros alimentícios pelos beneficiários e a destinação ordinária das embalagens decorrentes do uso dos produtos, observadas, quando aplicáveis, boas práticas relacionadas ao descarte ambientalmente adequado dos resíduos.

4.7. Dessa forma, a solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente compatível com as necessidades da Administração Pública Municipal, contribuindo para maior regularidade, eficiência e continuidade da concessão dos benefícios eventuais executados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.

## **5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

5.1. A Administração procedeu à análise da viabilidade de parcelamento da solução, nos termos do art. 40, §2º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a necessidade administrativa, a vantajosidade da contratação e a preservação da funcionalidade da solução proposta.

5.2. Embora os gêneros alimentícios que compõem a cesta básica sejam bens individualmente divisíveis e amplamente comercializados de forma independente, verificou-se que, no caso concreto, a solução não comporta parcelamento sob a perspectiva operacional e do interesse público, considerando que os itens integram composição padronizada e funcionalmente integrada, destinada à concessão imediata dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

5.3. A fragmentação do fornecimento entre múltiplos fornecedores poderá ocasionar dificuldades logísticas, fornecimento incompleto de itens, desencontro de entregas, aumento da complexidade da gestão contratual, dificuldades de consolidação das cestas básicas e risco de atraso na disponibilização do benefício eventual aos indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, circunstância incompatível com a necessidade de resposta tempestiva às situações de insegurança alimentar identificadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.

5.4. A adoção de solução integrada favorece maior padronização da composição das cestas básicas, racionalização logística, melhor controle da qualidade dos produtos fornecidos, simplificação do acompanhamento contratual e maior eficiência administrativa na operacionalização da política pública de assistência social, reduzindo riscos de descontinuidade do atendimento e insuficiência de provisão alimentar.

5.5. Registra-se que a não adoção do parcelamento da solução não implica restrição indevida à competitividade, considerando tratar-se de objeto composto por gêneros alimentícios comuns, amplamente disponíveis no mercado e acessíveis a pluralidade de fornecedores aptos ao atendimento do objeto.

5.6. Dessa forma, conclui-se que a não adoção do parcelamento da solução, considerada a necessidade de fornecimento integrado da composição da cesta básica, mostra-se técnica, operacional e economicamente mais adequada ao atendimento do interesse público, assegurando maior eficiência administrativa, regularidade do fornecimento e continuidade da concessão dos benefícios eventuais executados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.

## **6. PREVISÃO DA VEDAÇÃO OU DA PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

6.1. Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou vedada pela Administração Pública, desde que a decisão seja devidamente motivada e fundamentada nas características do objeto, na complexidade da contratação e no interesse público envolvido.

6.2. No caso da presente licitação, fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, independentemente de sua constituição, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, classificados como bens comuns de consumo, de baixa complexidade técnica, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, não se verificando necessidade de conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras de mais de uma empresa para sua adequada execução.

6.3. Ademais, a vedação à participação de consórcios mostra-se compatível com a natureza do objeto e contribui para simplificação da gestão contratual, maior eficiência no acompanhamento da execução, facilitação da fiscalização do fornecimento e mitigação de riscos relacionados à responsabilidade compartilhada entre múltiplas empresas, sem implicar restrição indevida à competitividade, considerando a ampla disponibilidade de fornecedores aptos ao atendimento das exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

6.4. Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação de empresas sob a forma de consórcio revela-se medida adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e razoabilidade administrativa, mostrando-se compatível com as características da contratação e com a necessidade de adequada execução dos benefícios eventuais operacionalizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

## **7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

### **7.1. Requisitos Gerais**

7.1.1. Os gêneros alimentícios objeto da presente contratação deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando os padrões de qualidade, composição, peso, acondicionamento, rotulagem, identificação, transporte, armazenamento e conservação exigidos pela legislação aplicável e pelas normas expedidas pelos órgãos competentes de controle sanitário.

7.1.2. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, próprios para consumo humano, apresentar características compatíveis com as especificações exigidas, estar livres de impurezas, deteriorações, contaminações, adulterações ou quaisquer condições que comprometam sua qualidade, segurança ou adequação ao consumo.

7.1.3. As embalagens deverão estar íntegras, lacradas, sem avarias, perfurações, vazamentos, amassamentos ou quaisquer danos que comprometam a conservação dos produtos, devendo conter todas as informações obrigatórias previstas na legislação sanitária e de defesa do consumidor.

7.1.4. Os produtos deverão possuir registro, autorização, certificação, inspeção ou qualquer outro requisito exigido pelos órgãos competentes, quando aplicável à natureza do item fornecido.

7.1.5. No ato da entrega, todos os gêneros alimentícios deverão apresentar prazo de validade remanescente mínimo de 06 (seis) meses, contado da data do efetivo recebimento pela Administração, de forma a assegurar condições adequadas para armazenamento, distribuição e consumo pelos beneficiários dos benefícios eventuais executados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.

7.1.6. A exigência de prazo mínimo de validade tem por finalidade assegurar a qualidade dos produtos fornecidos, evitar perdas, desperdícios e descartes prematuros, garantir a adequada distribuição das cestas básicas e resguardar a segurança alimentar dos indivíduos e famílias beneficiárias dos auxílios eventuais.

7.1.7. Não serão aceitos produtos que apresentem prazo de validade inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, facultando-se à Administração recusar seu recebimento e exigir a imediata substituição dos itens em desconformidade, sem quaisquer ônus adicionais para o Município.

7.1.8. A contratada permanecerá responsável pela qualidade, integridade e adequação dos produtos fornecidos até o recebimento definitivo pela Administração, obrigando-se a substituir os itens rejeitados pela fiscalização em razão de vícios, defeitos, irregularidades, inadequação ao consumo ou descumprimento das especificações exigidas.

### **7.2. Requisitos de Sustentabilidade**

7.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser observados, sempre que aplicáveis e compatíveis com a natureza da contratação, os requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, em consonância com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, eficiência e planejamento previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.2. Na execução contratual deverão ser observadas, sempre que possível e sem restrição indevida à competitividade, medidas voltadas à redução dos impactos ambientais relacionados ao fornecimento dos gêneros alimentícios, especialmente quanto à adequação das embalagens, prevenção de desperdícios, racionalização logística, redução de perdas e observância de boas práticas de acondicionamento, armazenamento e transporte.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

7.2.3. Sempre que compatível com o objeto e sem prejuízo da competitividade do certame, deverão ser observados critérios relacionados à qualidade sanitária, utilização de embalagens adequadas à conservação dos produtos e adoção de práticas que favoreçam a redução da geração de resíduos.

**7.3. Da Não Exigência de Amostras**

7.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras dos gêneros alimentícios objeto desta contratação, considerando tratar-se de bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio das especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

7.3.2. A dispensa de amostras não afasta o dever da contratada de fornecer produtos em conformidade com as especificações exigidas, nem limita o poder de fiscalização da Administração quanto à qualidade, composição, acondicionamento, validade, peso, integridade e adequação dos produtos entregues.

**7.4. Da Subcontratação**

7.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da presente contratação, consistente no fornecimento dos gêneros alimentícios destinados à composição das cestas básicas, em razão da necessidade de responsabilização direta da contratada pela qualidade dos produtos, regularidade do fornecimento e cumprimento das obrigações contratuais.

7.4.2. Eventuais atividades acessórias que não impliquem transferência da execução do objeto principal poderão ser admitidas, desde que previamente autorizadas pela Administração e não prejudiquem a adequada fiscalização contratual.

**7.5. Da Garantia da Contratação**

7.5.1. Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a forma de execução da contratação, o grau de complexidade envolvido e a avaliação dos riscos inerentes ao ajuste.

7.5.2. A não exigência de garantia não afasta a responsabilidade da contratada pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, nem prejudica a aplicação das penalidades administrativas e demais medidas legalmente cabíveis em caso de inadimplemento contratual.

**8. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E NO DECRETO MUNICIPAL Nº 363 DE 22 DE MAIO DE 2025.**

8.1. A presente contratação observará, no que couber, o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado destinado às microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP e microempreendedores individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 363, de 22 de maio de 2025, considerando a natureza do objeto, a realidade do mercado fornecedor e a necessidade de promoção do desenvolvimento econômico local e regional.

8.2. A adoção das medidas previstas na legislação aplicável encontra fundamento na necessidade de fortalecimento da economia local e regional, ampliação da competitividade, estímulo à participação de pequenos fornecedores e incentivo à circulação econômica no âmbito do Município e da região, desde que preservados os princípios da isonomia, vantajosidade, economicidade e eficiência administrativa.

8.3. Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, destinados à concessão dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade, revela-se legítima a adoção de mecanismos legalmente previstos que favoreçam a participação de fornecedores locais e regionais, especialmente diante da necessidade de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

regularidade no abastecimento, resposta tempestiva às demandas socioassistenciais e maior eficiência logística na execução contratual.

8.4. Para fins de aplicação dos benefícios previstos na legislação pertinente, considera-se:

a) âmbito local: fornecedores estabelecidos no Município de Paulo Afonso/BA, com sede ou filial apta à execução do objeto contratado;

b) âmbito regional: fornecedores estabelecidos no território de identidade de Itaparica, compreendendo os Municípios de Paulo Afonso, Glória, Abaré, Macururê e Rodelas.

8.5. A aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 363/2025 observará, quando cabível, os critérios legais de preferência, desempate, prioridade de contratação e demais mecanismos de incentivo à participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, desde que não haja prejuízo à competitividade, à economicidade, à obtenção da proposta mais vantajosa e ao interesse público.

8.6. A implementação dos benefícios previstos neste item deverá observar, em todos os casos, a preservação da ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes, a vedação de restrições indevidas à participação de fornecedores de outras localidades e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1. O fornecimento dos gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, será realizado de forma parcelada e sob demanda, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES, mediante emissão de ordem de fornecimento pelo setor competente, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços.

9.2. As entregas deverão ser realizadas no depósito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES, localizado na Avenida André Falcão, nº 777, Bairro Centro, Paulo Afonso/BA, no horário de funcionamento da unidade, atualmente compreendido entre 07h às 13h, mediante prévio agendamento junto ao setor responsável.

9.3. O prazo máximo para entrega dos gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, será de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida pela Administração.

9.4. A contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do término do prazo de entrega, eventual impossibilidade de cumprimento da obrigação, apresentando justificativa fundamentada e indicação de novo prazo para análise e deliberação da Administração.

9.5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Administração com fundamento nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, continuidade do serviço público, interesse público e necessidade de manutenção da regularidade da concessão dos benefícios eventuais, podendo ser deferida ou indeferida mediante decisão motivada.

9.6. O descumprimento injustificado do prazo de entrega sujeitará a contratada à aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, das disposições editalícias, da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual, sem prejuízo das demais consequências administrativas e legais aplicáveis.

9.7. No ato da entrega, a contratada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada do respectivo Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, contendo descrição compatível





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

com o objeto contratado, quantitativos fornecidos, unidade de medida e demais elementos necessários à conferência administrativa.

9.8. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, observadas as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à integridade das embalagens, qualidade dos produtos, adequação do acondicionamento, rotulagem, composição, prazos de validade e condições sanitárias exigidas pela legislação aplicável.

9.9. O recebimento do objeto ocorrerá da seguinte forma:

a) provisoriamente, no momento da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos gêneros alimentícios com as especificações técnicas, quantitativos, integridade das embalagens, condições de acondicionamento, rotulagem e prazo de validade;

b) definitivamente, após verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo de até 01 (um) dia útil, mediante atesto do servidor responsável pela fiscalização ou acompanhamento contratual.

9.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, adequação, segurança sanitária e conformidade dos gêneros alimentícios fornecidos, nem afasta sua responsabilidade por vícios, defeitos, irregularidades ou desconformidades posteriormente identificadas pela Administração.

9.11. Os gêneros alimentícios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, padrões mínimos de qualidade, condições sanitárias, prazo de validade, integridade das embalagens ou demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

9.12. Na hipótese de rejeição, inconformidade ou constatação de irregularidades, a contratada deverá proceder à substituição dos produtos recusados, às suas expensas, no prazo máximo de até 02 (dois) dias corridos, contados da notificação formal da Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

9.13. O fornecimento deverá observar rigorosamente as especificações constantes neste Termo de Referência, bem como as normas sanitárias, de acondicionamento, transporte, conservação e comercialização aplicáveis aos gêneros alimentícios, competindo à contratada garantir que os produtos sejam entregues em condições adequadas ao consumo humano.

9.14. A execução do objeto deverá ocorrer de forma a assegurar regularidade, continuidade e eficiência no abastecimento das cestas básicas destinadas à concessão dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade, considerando a necessidade de pronta resposta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES às situações de vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar identificadas no âmbito da política pública de assistência social.

## **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. O contrato ou a Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas, as disposições deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

10.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, na condição de gestor e fiscal do contrato ou da Ata de Registro de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

Preços, nos termos dos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes o acompanhamento da regular execução do objeto e o controle do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

10.3. Compete ao fiscal do contrato ou da Ata de Registro de Preços acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos gêneros alimentícios, verificando a conformidade das entregas com as especificações técnicas, quantitativos, composição das cestas básicas, integridade das embalagens, prazos de validade, condições sanitárias, acondicionamento e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, bem como realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, registrar ocorrências verificadas durante a execução contratual, notificar formalmente a contratada acerca de falhas, vícios, atrasos ou irregularidades identificadas e comunicar ao gestor do contrato situações que demandem providências administrativas.

10.4. Compete ao gestor do contrato ou da Ata de Registro de Preços coordenar o acompanhamento da execução contratual, consolidar as informações prestadas pela fiscalização, verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o cumprimento das obrigações pactuadas, adotar providências necessárias à regular execução do objeto, deliberar sobre situações administrativas decorrentes da execução contratual e encaminhar os procedimentos necessários à liquidação e pagamento das despesas, observadas as competências legalmente estabelecidas.

10.5. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, inclusive por meio eletrônico, desde que assegurada a formalização, autenticidade, integridade e rastreabilidade das informações e atos praticados durante a execução contratual.

10.6. O recebimento provisório e definitivo dos gêneros alimentícios, bem como os procedimentos relacionados à fiscalização, liquidação e pagamento, observarão as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual, quando houver, e na legislação vigente.

10.7. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, conformidade, segurança sanitária, regularidade do fornecimento e adequação dos gêneros alimentícios entregues, inclusive quanto a vícios, defeitos, irregularidades ou desconformidades eventualmente constatadas.

10.8. Sempre que necessário, poderão ser adotadas medidas administrativas voltadas ao aprimoramento da execução contratual, à correção de inconformidades, à mitigação de riscos de descontinuidade do fornecimento e à garantia da regular concessão dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade.

10.9. Ao término da vigência contratual ou da Ata de Registro de Preços, o gestor poderá elaborar relatório conclusivo acerca da execução do objeto, avaliando o desempenho da contratada, a regularidade do fornecimento, o cumprimento das obrigações assumidas e eventuais ocorrências relevantes, visando subsidiar o aprimoramento de futuras contratações administrativas.

## **11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

11.1. Os gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, serão recebidos pela Administração no ato da entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica – NF-e ou instrumento de cobrança equivalente, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, procedendo-se à verificação inicial da conformidade dos produtos com as especificações constantes





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na proposta vencedora e na ordem de fornecimento emitida pela Administração.

11.2. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega, para fins de conferência preliminar dos quantitativos, composição das cestas básicas, integridade das embalagens, condições de acondicionamento, rotulagem, prazo de validade, qualidade aparente dos produtos e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

11.3. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da conformidade dos gêneros alimentícios com as especificações técnicas, quantitativos, qualidade, condições sanitárias e demais exigências previstas neste Termo de Referência, no prazo de até 01 (um) dia útil, mediante atesto do servidor responsável pela fiscalização da contratação.

11.4. Os gêneros alimentícios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, composição, integridade das embalagens, condições sanitárias, prazos de validade ou demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora, devendo ser substituídos pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de até 02 (dois) dias corridos, contados do recebimento da notificação formal, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Na hipótese de controvérsia quanto à qualidade, quantidade, composição ou especificação dos gêneros alimentícios fornecidos, será observado o disposto no art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a contratada ser comunicada para emissão de documento fiscal correspondente exclusivamente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

11.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, conformidade, segurança sanitária e adequação dos produtos fornecidos, nem afasta a responsabilidade por eventuais vícios, defeitos, irregularidades ou desconformidades posteriormente constatadas pela Administração.

11.7. O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme os fornecimentos efetivamente realizados no âmbito da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal da contratação, observadas as condições estabelecidas na legislação vigente.

11.8. O pagamento somente será realizado após verificação do regular adimplemento da obrigação contratual, mediante atesto do fiscal responsável, certificando que os gêneros alimentícios foram entregues em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na ordem de fornecimento e nos demais documentos da contratação.

11.9. A liquidação da despesa ficará condicionada à apresentação regular da documentação fiscal exigível, bem como à inexistência de pendências relacionadas ao fornecimento objeto da contratação que impeçam o recebimento definitivo dos produtos.

11.10. Na ocorrência de necessidade de substituição de produtos, saneamento de irregularidades ou adoção de providências complementares por parte da contratada, que impeçam o recebimento definitivo do objeto, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização integral da pendência, reiniciando-se sua contagem a partir do efetivo cumprimento das obrigações contratuais, sem incidência de atualização financeira no período correspondente.

11.11. Os pagamentos serão realizados mediante ordem bancária, em conta de titularidade da contratada, após regular liquidação da despesa e observância das exigências administrativas, orçamentárias e financeiras aplicáveis à Administração Pública Municipal.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

## **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

12.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da legislação municipal aplicável, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global do lote, considerando a necessidade de fornecimento integrado dos gêneros alimentícios que compõem a cesta básica, em observância à solução definida neste Termo de Referência.

12.2. O modo de disputa a ser utilizado no certame será o aberto, conforme disposto no art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante apresentação de lances públicos e sucessivos em sessão pública eletrônica, assegurando ampla competitividade, isonomia entre os licitantes, transparência do procedimento e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

12.3. A seleção do fornecedor observará, além do critério de julgamento estabelecido, o atendimento integral às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnico-operacional previstas no edital e na legislação aplicável, bem como a compatibilidade da proposta apresentada com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.4. O objeto será executado mediante fornecimento parcelado e sob demanda, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES, observados os quantitativos solicitados, os prazos de entrega, as especificações técnicas e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual correspondente.

12.5. O fornecimento deverá ocorrer de forma a assegurar regularidade, continuidade e adequada disponibilidade das cestas básicas destinadas à concessão dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade, garantindo resposta tempestiva às demandas relacionadas à vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar identificadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.

## **13. PROPOSTA**

13.1. As propostas deverão ter validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública, conforme estabelecido no edital, independentemente de declaração expressa da licitante, permanecendo vinculadas às condições ofertadas durante o referido período.

13.2. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos, despesas e encargos necessários ao integral fornecimento dos gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, incluindo impostos, taxas, tributos, encargos fiscais, comerciais, previdenciários e trabalhistas, fretes, seguros, transporte, carga, descarga, acondicionamento, embalagem, armazenamento, logística de entrega e quaisquer outros custos diretos ou indiretos incidentes sobre a execução do objeto, não sendo admitidos acréscimos posteriores sob qualquer fundamento.

13.3. A proposta apresentada deverá observar integralmente as especificações técnicas, quantitativos estimados, composição das cestas básicas, condições de fornecimento, prazos, requisitos de qualidade, exigências sanitárias e demais disposições constantes neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos, sob pena de desclassificação, nos termos da legislação aplicável.

13.4. Os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com indicação do valor unitário e total, observada a composição do lote e as exigências estabelecidas no edital, devendo





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

refletir preços compatíveis com os praticados no mercado e suficientes ao integral cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

## **14. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO**

### **14.1. Dos Critérios de Habilitação**

14.1.1. Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar o atendimento aos requisitos previstos nos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas a natureza do objeto, a modalidade licitatória adotada e a utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP.

### **14.2. Habilitação Jurídica**

14.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual.

14.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável.

14.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, quando a atividade assim o exigir.

### **14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

14.3.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e contribuições previdenciárias.

14.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

14.3.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

14.3.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

14.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

14.3.7. Às microempresas e empresas de pequeno porte será assegurado o tratamento diferenciado previsto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo concedido prazo para regularização fiscal e trabalhista, quando necessário.

### **14.4. Qualificação Técnica**

14.4.1. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de gêneros alimentícios, cestas básicas ou bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, demonstrando aptidão para execução do fornecimento pretendido.

14.4.2. Não serão aceitos atestados emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da licitante, salvo se comprovada a efetiva execução do fornecimento correspondente.

### **14.5. Qualificação Econômico-Financeira**

14.5.1. Apresentação de Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da sessão pública, salvo quando constar prazo de validade expresso na própria certidão.

14.5.2. As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame, desde que demonstrem viabilidade econômica e apresentem plano de recuperação judicial homologado, nos termos da legislação vigente.

14.5.3. Apresentação de balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

da lei, acompanhados dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial competente, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

14.5.4. As empresas que utilizarem Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar recibo de entrega emitido pelo SPED Contábil, acompanhado das respectivas notas explicativas, quando exigíveis.

14.5.5. A boa situação financeira da licitante será aferida mediante verificação dos seguintes índices contábeis:

I – Índice de Liquidez Geral (ILG):

$ILG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

Resultado mínimo aceitável: igual ou superior a 1,00 (um).

II – Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$ILC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$

Resultado mínimo aceitável: igual ou superior a 1,00 (um).

III – Grau de Endividamento Geral (GEG):

$GEG = (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}) \div \text{Ativo Total}$

Resultado máximo aceitável: igual ou inferior a 1,00 (um).

14.5.6. As licitantes que apresentarem resultado inferior a 1,00 (um) nos índices ILG ou ILC, ou superior a 1,00 (um) no índice GEG, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo ou capital social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.5.7. Os índices contábeis deverão ser demonstrados mediante cálculo assinado por contador legalmente habilitado, acompanhado da respectiva certidão de regularidade profissional emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, válida na data da apresentação dos documentos.

14.5.8. A ausência de apresentação dos cálculos dos índices contábeis pela licitante não implicará sua inabilitação automática, podendo o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação realizar os cálculos com base nos documentos contábeis apresentados.

14.5.9. As empresas constituídas no exercício em curso poderão participar do certame mediante apresentação de balanço de abertura, desde que demonstrada situação econômico-financeira compatível com a execução do objeto.

14.6. Disposições Gerais sobre a Habilitação

14.6.1. As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública, observados os respectivos prazos de validade ou, na ausência destes, o prazo de 90 (noventa) dias.

14.6.2. A apresentação de Certificado de Registro Cadastral – CRC, quando admitido pelo edital, poderá substituir os documentos de habilitação nele abrangidos, desde que válidos na data da sessão.

14.6.3. Os licitantes que utilizarem o Certificado de Registro Cadastral – CRC deverão apresentar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

14.6.4. Será exigida declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

## **15. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO CONTRATUAL EQUIVALENTE**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

15.1. A formalização da presente contratação ocorrerá por meio de Ata de Registro de Preços – ARP, decorrente do procedimento licitatório, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Termo de Referência e do Edital.

15.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, admitida sua prorrogação, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

15.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante contrato administrativo ou instrumento equivalente, tais como nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de fornecimento ou outro documento hábil admitido pela legislação aplicável, conforme a necessidade da Administração.

15.4. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência inicial de até 12 (doze) meses, contados da respectiva formalização, observadas as condições estabelecidas no Edital, na Ata de Registro de Preços, neste Termo de Referência e na Lei Federal nº 14.133/2021.

15.5. A definição da vigência contratual fundamenta-se na necessidade de assegurar o fornecimento regular, contínuo e ininterrupto dos gêneros alimentícios destinados à composição das cestas básicas concedidas por meio dos benefícios eventuais de auxílio alimentação e auxílio natalidade, previstos na Lei Municipal nº 1.353/2016, garantindo a continuidade das ações de proteção social e o atendimento tempestivo às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica acompanhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.

15.6. Considerando o caráter permanente da necessidade administrativa relacionada à execução dos benefícios eventuais e à garantia da segurança alimentar dos usuários da política pública de assistência social, os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser prorrogados, quando houver interesse da Administração e desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis.

15.7. Eventual prorrogação contratual observará o disposto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando condicionada à demonstração de que as condições e os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração, à manutenção da necessidade que motivou a contratação, à regular execução do objeto pela contratada e à existência de previsão no instrumento convocatório.

15.8. A decisão acerca da prorrogação contratual deverá ser formalmente motivada pela Administração, mediante manifestação técnica da área demandante e dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, acompanhada da demonstração da vantajosidade da medida e da permanência do interesse público envolvido.

15.9. A assinatura da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes ficará condicionada à comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, especialmente quanto à regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica da futura contratada.

15.10. O adjudicatário será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

15.11. A execução dos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, assegurando o regular abastecimento das cestas básicas destinadas ao atendimento dos usuários da Política Municipal de Assistência Social.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

**16. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

16.1. A Contratante obriga-se a:

16.1.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa executar o objeto em conformidade com as disposições do edital, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual correspondente.

16.1.2. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

16.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), promovendo a verificação da conformidade dos gêneros alimentícios fornecidos com as especificações técnicas, quantitativos, composição das cestas básicas, integridade das embalagens, prazos de validade, condições sanitárias e demais exigências estabelecidas, registrando formalmente eventuais ocorrências, falhas ou irregularidades identificadas.

16.1.4. Notificar formalmente a Contratada acerca de imperfeições, irregularidades, desconformidades, atrasos ou falhas verificadas na execução do objeto, fixando prazo razoável para adoção das providências corretivas cabíveis.

16.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os gêneros alimentícios entregues em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, padrões mínimos de qualidade, prazo de validade, composição das cestas básicas, condições sanitárias ou demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

16.1.6. Efetuar o pagamento devido à Contratada pelos fornecimentos efetivamente realizados e regularmente recebidos, na forma e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual correspondente.

16.1.7. Zelar para que, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, sejam mantidas as condições necessárias à regular execução contratual, observando-se o cumprimento das disposições legais e contratuais aplicáveis.

16.1.8. Verificar, quando cabível, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, em conformidade com a legislação vigente.

**17. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

17.1. A Contratada obriga-se a:

17.1.1. Executar o objeto em estrita conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, do edital, da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual correspondente e de sua proposta, fornecendo os gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, em perfeitas condições de consumo, qualidade e segurança sanitária.

17.1.2. Cumprir os prazos, locais e horários estabelecidos pela Administração para entrega dos produtos, observando as ordens de fornecimento emitidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.

17.1.3. Entregar os produtos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, observando composição das cestas básicas, quantitativos, acondicionamento, integridade das embalagens, rotulagem, prazos de validade, qualidade e condições sanitárias exigidas pela legislação aplicável.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

17.1.4. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, regularidade e adequação dos gêneros alimentícios fornecidos, respondendo por vícios, defeitos, avarias, desconformidades, deterioração precoce, irregularidades sanitárias ou quaisquer falhas relacionadas ao objeto contratado.

17.1.5. Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos rejeitados ou considerados inadequados ao consumo, em desacordo com as especificações técnicas ou demais exigências previstas neste Termo de Referência.

17.1.6. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou circunstância que possa comprometer a regular execução do objeto, os prazos de entrega ou a qualidade dos produtos fornecidos.

17.1.7. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte, frete, carga, descarga, seguros, armazenamento, acondicionamento e demais despesas incidentes sobre a execução do objeto, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional.

17.1.8. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais ou morais causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de ação, omissão, culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes.

17.1.9. Utilizar pessoal apto ao adequado cumprimento das atividades relacionadas ao fornecimento, orientando seus empregados quanto às obrigações assumidas e às exigências aplicáveis à execução contratual.

17.1.10. Atender prontamente às solicitações, notificações, exigências e determinações da Administração relacionadas à execução do objeto.

17.1.11. Não permitir a utilização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos, nem qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos da legislação vigente.

17.1.12. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

17.1.13. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada durante a execução do objeto, adotando imediatamente as providências necessárias à mitigação dos impactos decorrentes de eventual falha, atraso ou desconformidade no fornecimento.

17.1.14. Observar integralmente a legislação sanitária, consumerista, tributária, trabalhista, previdenciária e demais normas aplicáveis ao fornecimento de gêneros alimentícios destinados ao consumo humano.

## **18. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

18.1. O valor estimado para a contratação do objeto descrito neste Termo de Referência corresponde a **R\$ 1.788.280,00 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta reais)**, apurado com base em pesquisa de preços consolidada no Quadro Comparativo de Preços nº 003795/2026, elaborado pelo Setor de Compras da Administração Municipal, utilizando-se a mediana dos preços válidos pesquisados para composição dos valores estimados dos itens que compõem a cesta básica.

18.2. A metodologia adotada observou o disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, consistindo na coleta, consolidação e análise crítica dos preços obtidos junto ao mercado, com adoção da mediana como parâmetro de estimativa, buscando mitigar distorções decorrentes de preços excessivamente elevados ou inexequíveis e assegurar maior razoabilidade, segurança, fidedignidade e aderência à realidade mercadológica do objeto pretendido.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

18.3. O valor estimado encontra-se fundamentado nos quantitativos previstos para atendimento das demandas relacionadas à concessão dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade, executados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES, considerando a necessidade de fornecimento contínuo e sob demanda de gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, destinados a indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

18.4. O valor estimado possui caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação, à definição dos parâmetros do certame, à análise de vantajosidade e exequibilidade das propostas e à adequada programação administrativa e orçamentária, não gerando obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados pela Administração, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, no qual os fornecimentos ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva da Secretaria e a disponibilidade orçamentária.

18.5. Nos preços estimados encontram-se incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao integral fornecimento dos gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, incluindo tributos, impostos, taxas, encargos fiscais, comerciais, previdenciários e trabalhistas, fretes, seguros, transporte, carga, descarga, acondicionamento, armazenamento, embalagem e quaisquer outras despesas incidentes sobre a execução do objeto, não sendo admitida cobrança adicional decorrente de custos inerentes ao fornecimento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Arroz parbolizado classe longo, fino, isenta de matéria terrosa, pedras, fungos, parasitas, livre de umidades, com grãos inteiros. Embalagem contendo 1Kg, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, de acordo com as normas e resolução vigente da ANVISA/MS.	26.000	6,77	176.020,00
2	Feijão carioquinha tipo I, carioquinha, limpo de 1º qualidade, extra construído de no mínimo 95% de grãos na cor característica a variedade correspondente, de tamanho e formato naturais, maduros e secos. Embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	26.000	7,71	200.460,00
3	Macarrão tipo espaguete a base de farinha de trigo, ovos, embalagem selada com 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido de acordo com as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MG.	26.000	4,05	105.300,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

4	Farinha de mandioca branca fina, embalada em pacotes plásticos de 1kg devidamente identificada com o nome do produto, data de fabricação, composição mínima, prazo de validade e peso líquido de acordo com as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS.	26.000	6,59	171.340,00
5	Leite em pó integral tradicional, embalagem: pacote com 200g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade peso líquido, informações nutricionais e Registro do Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura.	26.000	7,99	207.740,00
6	Café em pó torrado moído, de primeira qualidade, pacote com 250g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, validade e com registro no Ministério da Saúde e Selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café -ABIC.	26.000	12,00	312.000,00
7	Açúcar cristal branco, puro e natural, embalados em sacos transparentes, pacotes de 1kg, com data de fabricação, nº de lote e prazo de validade.	26.000	5,00	130.000,00
8	Flocos de milho, farinha de milho flocada, embalagem selada de 500g, com dados de identificação do produto, marca de fabricante, prazo de validade, peso líquido a atender as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS.	26.000	2,09	54.340,00
9	Óleo comestível, vegetal de soja, puro refinado sem colesterol, rico em vitamina E. Embalagem com 900 ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS.	13.000	10,64	138.320,00
10	Biscoito salgado, tipo Cream-Cracker, embalagem dupla, tipo 3 em 1, saco plástico transparente, hermeticamente vedado. Peso líquido mínimo de 350g. O produto deverá ser registrado Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	13.000	5,75	74.750,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

11	Biscoito doce, tipo Maria, embalagem dupla, tipo 3 em 1, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido 400g e informações nutricionais. Deverá ser registrado no Ministério da Saúde.	13.000	5,85	76.050,00
12	Sardinha em óleo comestível, embalagem lata de 125 gramas, Registro no Ministério Da Agricultura.	26.000	5,46	141.960,00
<b>VALOR TOTAL: R\$ 1.788.280,00</b>				

## **19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS SANÇÕES E PENALIDADES**

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

19.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou deixar de apresentar documento solicitado pelo Pregoeiro, Agente de Contratação ou pela Administração durante o procedimento licitatório ou execução contratual;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta apresentada, especialmente quando:

19.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após negociação realizada pela Administração;

19.1.2.2. Recusar-se a encaminhar detalhamento da proposta, quando exigível;

19.1.2.3. Solicitar desclassificação após encerrada a etapa competitiva, sem justificativa aceita pela Administração;

19.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as exigências do edital e deste Termo de Referência;

19.1.3. Não celebrar a Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente, ou deixar de apresentar a documentação exigida para contratação, quando regularmente convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa aceita pela Administração, a assinar a Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido;

19.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução contratual;

19.1.5. Fraudar a licitação ou a execução do objeto;

19.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando induzir deliberadamente a Administração a erro no julgamento ou na execução contratual;

19.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

19.2. Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários ou contratados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência;

19.2.2. Multa;

19.2.3. Impedimento de licitar e contratar;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

- 19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 19.3. Na aplicação das sanções serão observados:
- 19.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 19.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 19.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 19.3.4. Os danos causados à Administração Pública;
- 19.3.5. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.
- 19.4. No descumprimento de obrigações licitatórias ou contratuais poderá ser aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual ou da obrigação inadimplida, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e motivação administrativa.
- 19.5. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, cobrada administrativamente ou judicialmente, observada a legislação aplicável.
- 19.6. As penalidades aplicadas, após decisão administrativa definitiva, poderão ser registradas nos sistemas de cadastro e controle de fornecedores adotados pela Administração Pública, observadas as disposições legais pertinentes.
- 19.7. As sanções decorrentes da execução do objeto observarão as hipóteses previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 19.8. As sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração.
- 19.9. Na aplicação da sanção de multa será assegurado ao interessado o direito de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.
- 19.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo competente pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 19.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quando a gravidade da conduta justificar penalidade mais severa.
- 19.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato ou aceitar instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades cabíveis, nos termos do art. 90, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 19.13. A apuração de responsabilidade relativa às sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade demandará instauração de processo administrativo específico, assegurados contraditório, ampla defesa e observância do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 19.14. Caberá recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação.
- 19.15. Caberá pedido de reconsideração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.
- 19.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA**

Av. André Falcão, nº 777, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48601-230

Telefone: (75) 3281-6151 - [www.pauloafonso.ba.gov.br](http://www.pauloafonso.ba.gov.br)

19.17. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros.

## **20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1. Considerando que o presente procedimento licitatório será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, esclarece-se que não há, nesta fase, a vinculação imediata da despesa a dotação orçamentária específica.

20.2. O Sistema de Registro de Preços não implica contratação imediata, constituindo-se em instrumento para registro formal de preços e condições para futuras contratações, razão pela qual a indicação da dotação orçamentária e da respectiva fonte de recursos ocorrerá somente no momento da formalização de cada contratação decorrente da Ata, conforme a necessidade efetiva da Administração e a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício correspondente.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1 Todas as despesas necessárias à execução do contrato serão de inteira responsabilidade da contratada.

21.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

22.3. Para os efeitos de direito, aplicam-se os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/21, com as alterações posteriores e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, inclusive, servirão de fundamento para a solução dos casos omissos, sem previsão nas regras ora traçadas.

Paulo Afonso/BA, 19 de junho de 2026.

JOANA DARC BRITO DELGADO  
PEREIRA  
CBE  
Assinante  
\*\*\*.999.775-\*\*  
Data: 19/06/2026 12:23:20 -03:00

**JOANA D ARC BRITO DELGADO PEREIRA**  
Membro da Equipe de Planejamento





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, sob as penas da Lei:

Apresentar a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o Pregão Eletrônico Nº. 90061/2026, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital, assumindo toda a responsabilidade pelas informações aqui prestadas;

Por esta proposta, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Instrumento Convocatório;

Tem a presente PROPOSTA por finalidade de submeter à apreciação de Vossas Senhorias, para a perfeito cumprimento das exigências desta licitação, a saber:

Item	Descrição	Unidade	Qnt	Valor unit./ Valor total:
------	-----------	---------	-----	---------------------------





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

1	XXXXXXXX	XXXXXX	XXX	
---	----------	--------	-----	--

**Declaramos que,**

Nos preços indicados em nossa proposta estão computadas todas as despesas com o serviço, a exemplo de tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem;

O prazo de validade de nossa proposta é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da abertura da licitação;

Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, tendo como prazo 12 (doze) meses, para execução do objeto licitado após a assinatura do contrato;

Estamos cientes sobre o pagamento, devido ao contratado será efetuado através de **transferência bancária, na conta**, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto de conformidade da nota fiscal, junto ao processo de pagamento em cumprimento da obrigação do objeto da licitação pela Secretaria requisitante, sendo necessária a apresentação das Certidões exigidas no compromisso;

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

**Declaramos**, por fim que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

---

*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1- Com base no parágrafo 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021, que nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

2- A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

3- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

4- Que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

5- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

6- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

7- Que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

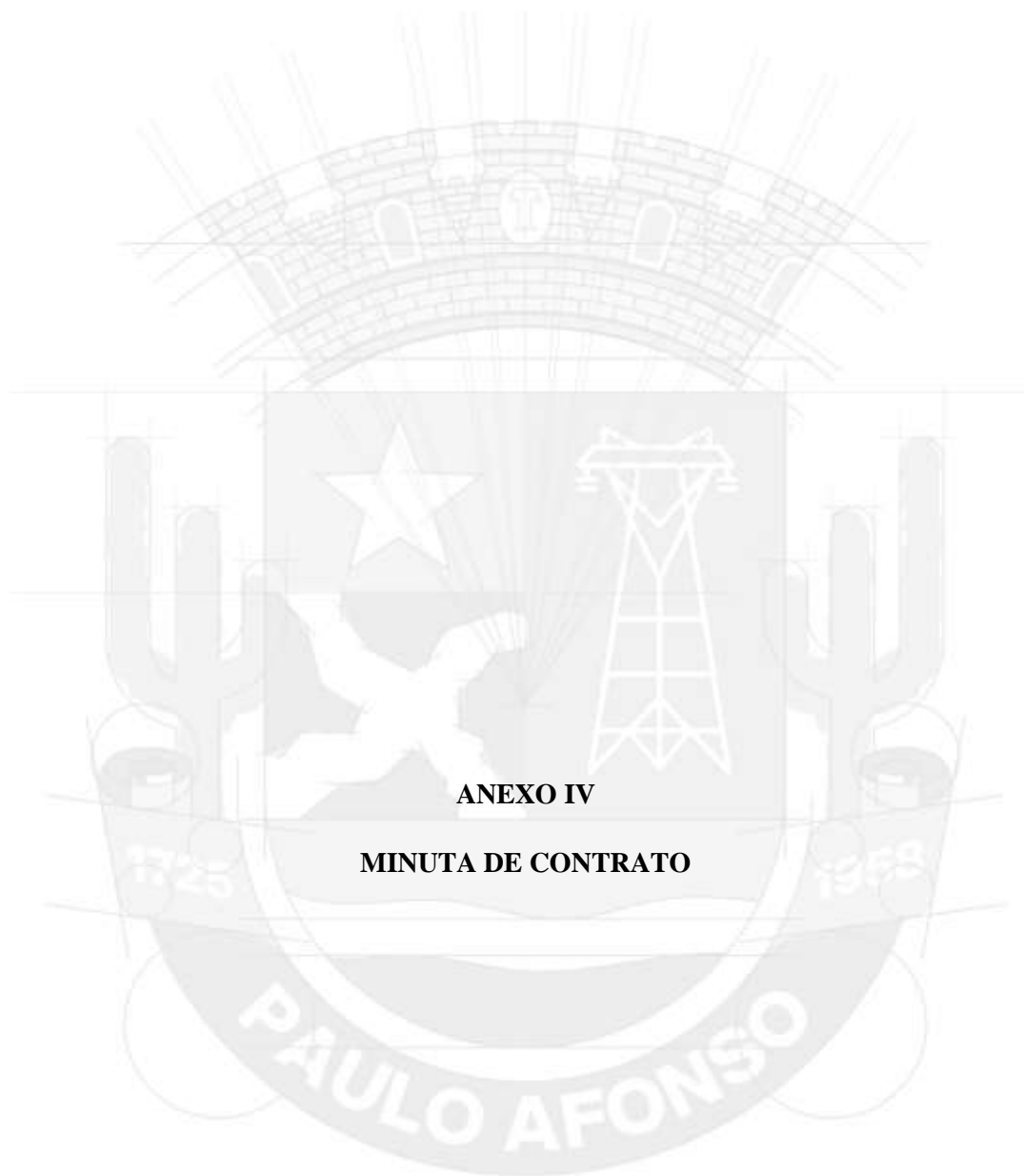
\_\_\_\_\_  
***Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante***

***(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)***





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026, QUE  
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PAULO  
AFONSO/BA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E  
CIDADANIA – FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E A EMPRESA  
....., COM BASE NO PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 90061/2026, E NO PROCESSO  
ADMINISTRATIVO Nº 003795/000085/2026.**

O **MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.217.327/0001-24, com sede a Avenida Apolônio Sales, 925, Centro, Paulo Afonso/BA, doravante denominado **CONTRATANTE**, e neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MARIO CESAR BARRETO AZEVEDO**, brasileiro, portador do RG nº 1161826955 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 024.782.075-08, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.383.192/0001-04, com sede na Av. André Falcão, nº 777, Centro, Paulo Afonso/BA, CEP.: 48.601-230, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, a Sr.<sup>a</sup> **EDLA ANDRADE DE CARVALHO**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 024.115.545-24, doravante denominado **INTERVENIENTE**, e a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na Rua ....., CEP: ....., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por ....., conforme atos constitutivos da empresa, ....., inscrita no CPF/MF sob o nº ....., portador(a) do RG sob o nº ....., expedido pela ....., residente e domiciliada na ....., CEP: ....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 003795/000085/2026 e em observância às disposições do Art. 89 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90061/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

1.1 O objeto do presente instrumento é a **aquisição de gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, destinados à concessão dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade, voltados ao atendimento de indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, acompanhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES do Município de Paulo Afonso/BA, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.353, de 22 de dezembro de 2016.**

1.1.1 O(s) item(ns) do objeto da contratação será(ão) discriminado(s) no **Anexo I**, do presente instrumento.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I - O Termo de Referência;

II - O Edital da Licitação;

III - A Proposta do contratado;

IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do presente contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja formalmente demonstrado o interesse público, observada a existência de previsão orçamentária, a vantajosidade da prorrogação e a manutenção das condições contratuais originárias, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3 A eficácia legal do contrato e seus aditamentos está adstrita à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município - DOM.

**CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

3.2 A execução do objeto contratado será acompanhada pelos servidores \_\_\_\_\_, inscrito na Matrícula nº \_\_\_\_\_, indicado pela Secretaria de Demandante, denominado(a) FISCAL DE CONTRATO, e \_\_\_\_\_, inscrito Matrícula nº \_\_\_\_\_, indicado(a) pela Secretaria de Demandante, denominado GESTOR(A) DO CONTRATO, por meio de Portaria a ser publicada, a quem caberá o acompanhamento, a





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

fiscalização, gerenciamento do contrato e a certificação da nota fiscal/fatura correspondente ao objeto executado.

**CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto principal da presente contratação, sem prejuízo de hipóteses acessórias que, eventualmente, possam ser admitidas pela Administração, desde que não impliquem transferência integral da execução contra e não comprometam a adequada fiscalização do objeto.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de **R\$..... (.....)**.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_.

7.2 Após o interregno de um ano, havendo pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa executar o objeto em conformidade com as disposições do edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e instrumento contratual correspondente.

8.1.2 Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada.

8.1.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), promovendo a verificação da conformidade dos gêneros alimentícios fornecidos com as especificações técnicas, quantitativos, composição das cestas básicas, integridade das embalagens, prazos de validade, condições sanitárias e demais exigências estabelecidas, registrando formalmente eventuais ocorrências, falhas ou irregularidades identificadas.

8.1.4 Notificar formalmente a Contratada acerca de imperfeições, irregularidades, desconformidades, atrasos ou falhas verificadas na execução do objeto, fixando prazo razoável para adoção das providências corretivas cabíveis.

8.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os gêneros alimentícios entregues em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, padrões mínimos de qualidade, prazo de validade, composição das cestas básicas, condições sanitárias ou demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.6 Efetuar o pagamento devido à Contratada pelos fornecimentos efetivamente realizados e regularmente recebidos, na forma e prazos estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento contratual equivalente.

8.1.7 Zelar para que, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, sejam mantidas as condições necessárias à regular execução contratual, observando-se o cumprimento das disposições legais e contratuais aplicáveis.

8.1.8 Verificar, quando cabível, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, em conformidade com a legislação vigente.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Executar o objeto em estrita conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, do edital, da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual correspondente e de sua proposta, fornecendo os gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, em perfeitas condições de consumo, qualidade e segurança sanitária.

9.1.2 Cumprir os prazos, locais e horários estabelecidos pela Administração para entrega dos produtos, observando as ordens de fornecimento emitidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES.

9.1.3 Entregar os produtos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, observando composição das cestas básicas, quantitativos, acondicionamento, integridade das embalagens, rotulagem, prazos de validade, qualidade e condições sanitárias exigidas pela legislação aplicável.

9.1.4 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, regularidade e adequação dos gêneros alimentícios fornecidos, respondendo por vícios, defeitos, avarias, desconformidades, deterioração precoce, irregularidades sanitárias ou quaisquer falhas relacionadas ao objeto contratado.

9.1.5 Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos rejeitados ou considerados inadequados ao consumo, em desacordo com as especificações técnicas ou demais exigências previstas no Termo de Referência.

9.1.6. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou circunstância que possa comprometer a regular execução do objeto, os prazos de entrega ou a qualidade dos produtos fornecidos.

9.1.7 Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte, frete, carga, descarga, seguros, armazenamento, acondicionamento e demais despesas incidentes sobre a execução do objeto, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional.

9.1.8 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais ou morais causados à Administração Pública ou a terceiros, de decorrentes de ação, omissão, culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes.

9.1.9. Utilizar pessoal apto ao adequado cumprimento das atividades relacionadas ao fornecimento, orientando seus empregados quanto às obrigações assumidas e às exigências aplicáveis à execução contratual.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9.1.10 Atender prontamente às solicitações, notificações, exigências e determinações da Administração relacionadas à execução do objeto.

9.1.11 Não permitir a utilização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos, nem qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos da legislação vigente.

9.1.12 Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

9.1.13 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada durante a execução do objeto, adotando imediatamente as providências necessárias à mitigação dos impactos decorrentes de eventual falha, atraso ou desconformidade no fornecimento.

9.1.14 Observar integralmente a legislação sanitária, consumerista, tributária, trabalhista, previdenciária e demais normas aplicáveis ao fornecimento de gêneros alimentícios destinados ao consumo humano.

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

11.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou deixar de apresentar documento solicitado pelo Pregoeiro, Agente de Contratação ou pela Administração durante o procedimento licitatório ou execução contratual;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta apresentada, especialmente quando:

11.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após negociação realizada pela Administração;

11.1.2.2 Recusar-se a encaminhar detalhamento da proposta, quando exigível;

11.1.2.3 Solicitar desclassificação após encerrada a etapa competitiva, sem justificativa aceita pela Administração;

11.1.2.4 Apresentar proposta em desacordo com as exigências do edital e deste Termo de Referência;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

11.1.3 Não celebrar a Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente, ou deixar de apresentar a documentação exigida para contratação, quando regularmente convocado dentro do prazo de validade da proposta;

11.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa aceita pela Administração, a assinar a Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido;

11.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução contratual;

11.1.5 Fraudar a licitação ou a execução do objeto;

11.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando induzir deliberadamente a Administração a erro no julgamento ou na execução contratual;

11.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

11.2 Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários ou contratados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência;

11.2.2 Multa;

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar;

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3 Na aplicação das sanções serão observados:

11.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 Os danos causados à Administração Pública;

11.3.5 A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

11.4 No descumprimento de obrigações licitatórias ou contratuais poderá ser aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual ou da obrigação inadimplida, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e motivação administrativa.

11.5 A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, cobrada administrativamente ou judicialmente, observada a legislação aplicável.

11.6 As penalidades aplicadas, após decisão administrativa definitiva, poderão ser registradas nos sistemas de cadastro e controle de fornecedores adotados pela Administração Pública, observadas as disposições legais pertinentes.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

11.7 As sanções decorrentes da execução do objeto observarão as hipóteses previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.8 As sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração.

11.9 Na aplicação da sanção de multa será assegurado ao interessado o direito de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

11.10 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo competente pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

11.11 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quando a gravidade da conduta justificar penalidade mais severa.

11.12 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato ou aceitar instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades cabíveis, nos termos do art. 90, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.13 A apuração de responsabilidade relativa às sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade demandará instauração de processo administrativo específico, assegurados contraditório, ampla defesa e observância do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.14 Caberá recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação.

11.15 Caberá pedido de reconsideração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.

11.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

11.17 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração Pública ou a terceiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

12.1.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3 Das indenizações e multas.

12.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.8 O CONTRATANTE poderá ainda:

12.8.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.8.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.9 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**, para o exercício de \_\_\_\_\_, na dotação abaixo discriminada:

**ÓRGÃO:** .....

**UNIDADES:** .....

**PROJETO/ATIVIDADE:** .....

**ELEMENTO DE DESPESA:** .....

**FONTES DE RECURSOS:** .....

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**

14.1. Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e no Diário Oficial do Município - DOM.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO**

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Paulo Afonso/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Paulo Afonso/BA, ..... de ..... de .....

**MÁRIO CESAR BARRETO AZEVEDO**  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

**EDLA ANDRADE DE CARVALHO**  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania  
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
INTERVENIENTE





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**XXXXXXXXXX**

CNPJ nº XXXX

Responsável Legal  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO I**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					
2					
3					
4					
5					
<b>VALOR TOTAL:</b>					





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO V**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ..../.....**

O **MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.217.327/0001-24, com sede a Avenida Apolônio Sales, 925, Centro, Paulo Afonso/BA, doravante denominado PROMITENTE COMPRADOR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MARIO CESAR BARRETO AZEVEDO**, brasileiro, portador do RG nº 1161826955 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 024.782.075-08, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.383.192/0001-04, com sede na Av. André Falcão, nº 777, Centro, Paulo Afonso/BA, CEP.: 48.601-230, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, a Sr.<sup>a</sup> **EDLA ANDRADE DE CARVALHO**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 024.115.545-24, doravante denominado INTERVENIENTE, e a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, sediada na Rua ....., CEP.: ....., doravante denominada PROMITENTE FORNECEDOR, neste ato representada por ....., conforme atos constitutivos da empresa, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº ....., portador do RG sob o nº ....., expedida pela ....., residente e domiciliado ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90061/2026, publicada no DOM em xx/xx/202x, Processo Administrativo nº 003795/000085/2026, resolvem registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto a formação de **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, na forma de cestas básicas, destinados à concessão dos benefícios eventuais nas modalidades auxílio alimentação e auxílio natalidade, voltados ao atendimento de indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, acompanhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDES do Município de Paulo Afonso/BA, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.353, de 22 de dezembro de 2016.**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) será(ão) discriminado(s) no **Anexo I**, do presente instrumento.

2.2. O preço total registrado é de **R\$..... (.....)**.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como **Anexo II** a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o **MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**, através da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania - Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS**, tendo como GERENTE DE ATA, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, inscrito na Matrícula nº \_\_\_\_\_, designado (a) através de portaria.

3.2. Além do gerenciador, não há entidades públicas participantes do registro de preços.

**4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

**Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A Ata de Registro de Preços terá duração de 01 (um) ano contado da data de publicação em imprensa oficial:

5.1.1. Caso a necessidade do objeto permaneça, a ata de registro de preços decorrente deste processo poderá ter o prazo de vigência prorrogado por mais 01 (um) ano, com a renovação das quantidades registradas, desde que seja demonstrada a vantajosidade, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021;

5.2. O instrumento contratual que poderá ser celebrado durante a validade da Ata de Registro de Preço, terá prazo de vigência de 01 (um) ano, podendo ser extinto (art. 137, da Lei 14.133/2021) ou prorrogado de acordo com a Lei 14.133/2021 a critério da administração, observada a necessidade e





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

conveniência a cada exercício financeiro, bem como a disponibilidade de créditos orçamentários, e com a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.5.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.5.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.6. O registro a que se refere o item 5.5.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.8 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos na legislação pertinente.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Paulo Afonso/BA, ..... de ..... de 2026.

**MÁRIO CESAR BARRETO AZEVEDO**  
Prefeito Municipal  
PROMITENTE COMPRADOR

**EDLA ANDRADE DE CARVALHO**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania  
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
INTERVENIENTE

**XXXXXXXXXX**  
CNPJ nº XXXX  
Responsável Legal  
PROMITENTE FORNECEDOR





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

**MANUTA**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO I**

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								
<b>VALOR TOTAL: R\$</b>								





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO II**

**Cadastro Reserva**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
	Especificação	Marca ( <i>se exigida no edital</i> )	Modelo ( <i>se exigido no edital</i> )	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
	Especificação	Marca ( <i>se exigida no edital</i> )	Modelo ( <i>se exigido no edital</i> )	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS  
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, em especial no Inciso I, do art.63 da Lei Federal nº. 14.133/2021:

- que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR nº.**  
**123/2006.**

**(Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Equiparados)**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, em especial para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, e, para fins de participação no certame e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão publicada licitação, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Que observarmos e atendemos plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21; Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*







**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE CARTA CREDENCIAL / PROCURAÇÃO.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do em epígrafe, nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor(a) \_\_\_\_\_, (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedido pela \_\_\_\_\_, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado no endereço situado à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto a Prefeitura do Município de Paulo Afonso/BA, praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, assinar ATAs, contratos e ou aditivos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.



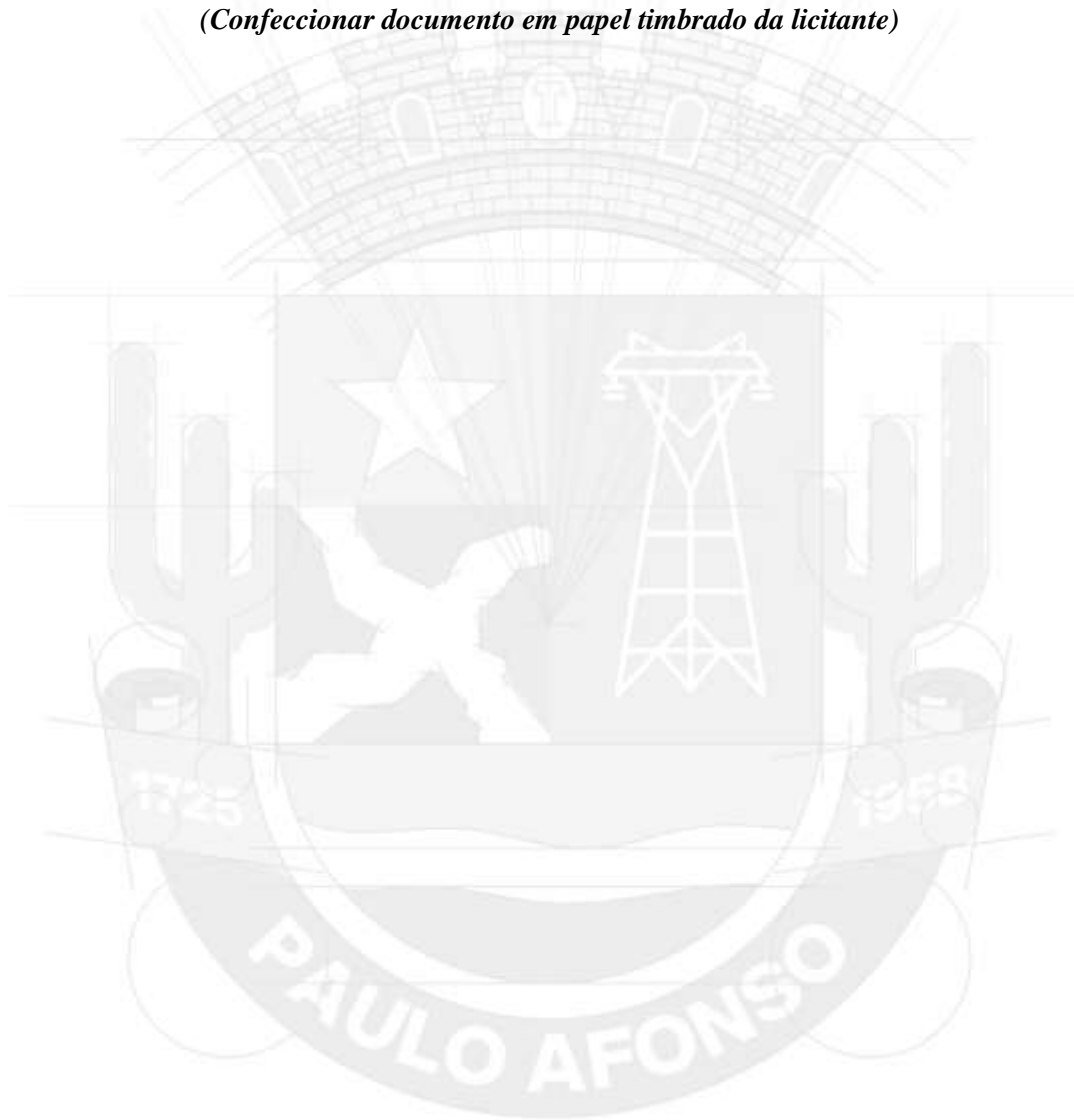


**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*







**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA  
DEFICIENTE E REABILITADO.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no certame e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que cumpre as exigências do Inciso IV, do art. 63, da Lei 14.133/2021, que trata da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO - LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E**  
**DECRETO Nº 11.129/2022.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no certame e licitatório acima identificado, **declaramos que:**

a) estamos cientes, conhecemos e entendemos os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto da presente licitação e futuro contrato, comprometendo-se a abster-se de praticar atividades que constituam uma violação das disposições destas regras anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, empregados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome;

b) comprometemos a não praticar atos lesivos, para os fins da legislação pertinente, que atentem contra o seu patrimônio, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos, assim definidos;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- c) compromissamos a não frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- d) compromissamos a não impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- e) compromissamos a afastar ou procurar afastar aquele licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- f) compromissamos a não fraudar licitação pública, ATA ou contrato dela decorrente;
- g) compromissamos a não criar de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar ATA ou contrato administrativo;
- h) compromissamos não obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/BA sem expressa autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- i) compromissamos a não manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro, o reequilíbrio econômico-financeiro ou aditivos dos contratos celebrados com a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/BA;
- j) A empresa licitante declara ainda, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, e, concorda que a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso/BA terá o direito de realizar procedimento de fiscalização e ou auditoria para se certificar da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Paulo Afonso/BA, \_\_de \_\_\_\_ de 2026.

---

***Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante***

***(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)***

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA –**  
**CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CF**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, e de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, em consonância ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_de \_\_\_\_ de 2026.

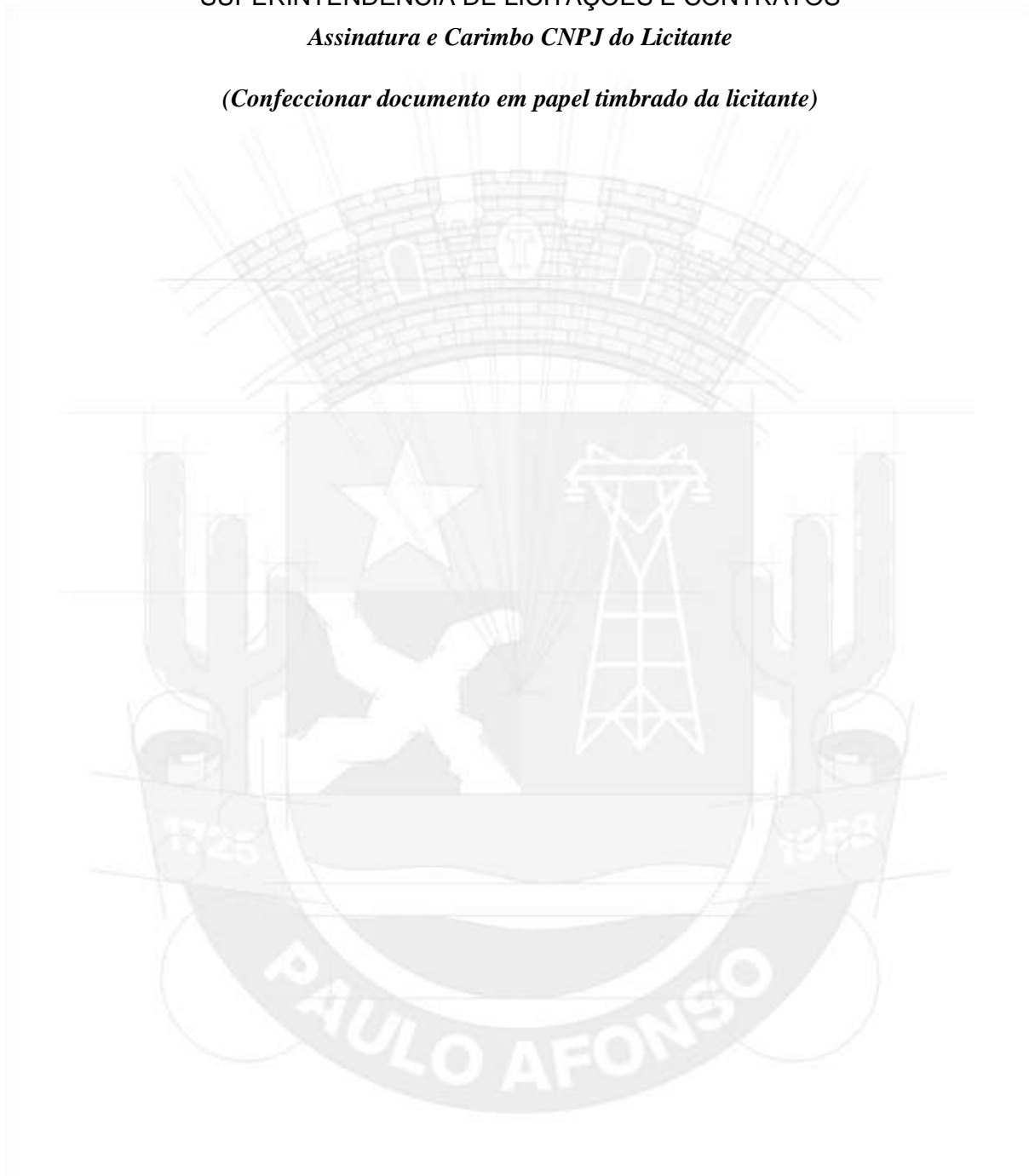




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*







**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO XII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA A  
HABILITAÇÃO;**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

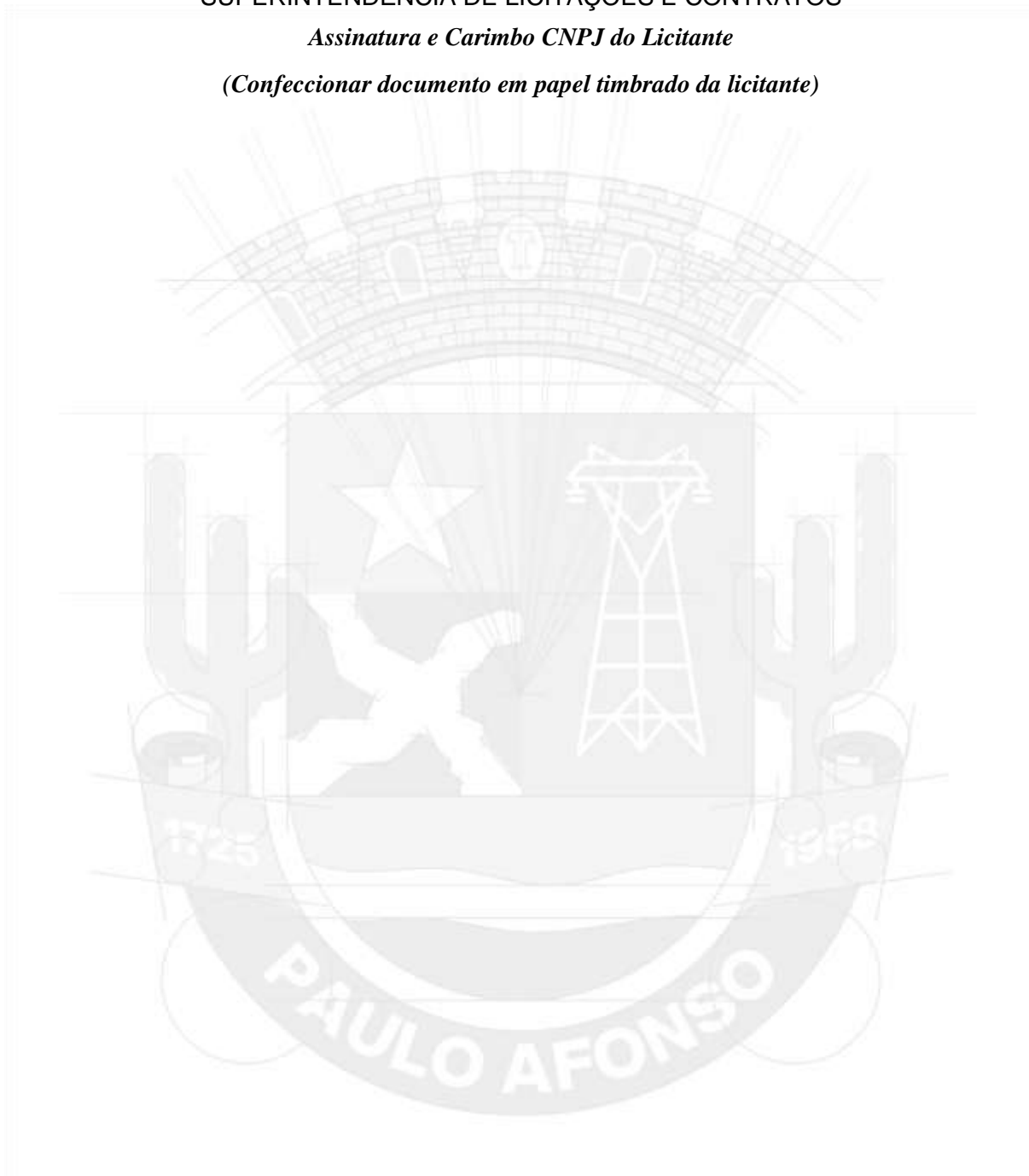




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*







**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO XIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO XIV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS INCISOS II E  
IV DO ART. 1º E NO INCISO III DO ART. 5º DA CF/88.**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, **declaramos que:**

Não possuímos, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_de \_\_\_\_de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*

Avenida Apolônio Sales, Nº 925 – Centro, Paulo Afonso-BA, CEP: 48608-901

Setor de licitações – Email: [licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO XV**

**DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**Ref: Processo Administrativo nº. 003795/000085/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 90061/2026.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, NA FORMA DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO NATALIDADE, VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE INDIVÍDUOS E/OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, ACOMPANHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDES DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.353, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Por este instrumento a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_ – SSP/BA, residente à \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado da \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. **90061/2026**, **informamos** de responsabilidade exclusiva, sob as penas da lei, para fins de participação no processo licitatório acima identificado, que, caso venhamos a vencer este certame todos os dados necessários para celebração do contrato, senão vejamos:

**EMPRESA:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**EMAILS:**

**TELEFONES:**

**REPRESENTANTE:**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEAM**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**CPF:**

**RG:**

**ENDEREÇO:**

**EMAILS:**

**TELEFONES:**

**DADOS BANCARIOS:**

**BANCO:**

**AGENCIA**

**CONTA:**

**PRESTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:** ( ) Caução ( ) Seguro-garantia ( ) Fiança bancária;

Paulo Afonso/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
*Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante*

*(confeccionar documento em papel timbrado da licitante)*